



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19

20 10^a Reunião da Câmara Técnica de Qualidade
21 Ambiental e Gestão de Resíduos

22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35

36
37
38
39
40
41

Brasília/DF.
20 de junho de 2013.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

1
2

42O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) –

43Bom dia, senhores. Perdoem pelo atraso, mas estava resolvendo algumas
44questões ali junto ao do DConama, por solicitação da Dra. Adriana. Segundo a
45informação do Henrique, já temos quórum. Eu queria então apresentar o João
46Henrique, que é o nosso novo apoio aqui na Câmara. Está chegando no Conama
47e vai, a partir de agora, acompanhar os nossos trabalhos. Bom, acredito que
48podemos dar início à reunião. Em primeiro lugar, eu gostaria de saber se alguém
49tem alguma manifestação a fazer em relação à transcrição da 9ª Reunião. Se não,
50consideramos aprovada. A seguir, eu submeteria a nossa pauta a apreciação dos
51senhores. Tem algum pedido de inversão de pauta, alguma proposta de inclusão
52de informe, alguma coisa que nós... Em não havendo, então passamos... Eu vou
53fazer uma rápida leitura da nossa pauta da ordem do dia, e em seguida nós
54iniciamos a apreciação. O primeiro ponto de pauta é justamente a apreciação do
55Plano Nacional de Saneamento, PLANSAB. O segundo ponto é a proposta do
56Grupo de Trabalho para acompanhar as novas fases... Para acompanhar a
57discussão... Na verdade, para discutir o fator de segurança proposto na Resolução
58do Proconve, 432, de 2011, e foi deliberado aqui na nossa última reunião para
59criação de um Grupo de Trabalho para discutir a necessidade e a proposta para
60as próximas fases do Proconve em relação à garantia, o fator de segurança de
61garantia dos equipamentos de controle de emissão. O item 3.3 é a apreciação do
62relatório de acompanhamento do Proconve, que será feito pelo Ministério do Meio
63Ambiente e depois nós temos uma série de informes, basicamente dos grupos de
64trabalho e das resoluções que entrarão na pauta dessa Câmara. Dando início
65então aos trabalhos, o nosso ponto de pauta inicial é justamente a apreciação do
66Plano Nacional de Saneamento, cujo proponente é o Ministério das Cidades, está
67aqui representado e se os senhores não estão ao par disso, durante a 110ª
68Reunião Ordinária do Conama, foi solicitado, conforme prevê a regulamentação do
69próprio Plano Nacional de Saneamento, que o Conama apreciasse, em caráter de
70urgência, o Plano Nacional de Saneamento e a coordenação do Conama então
71remeteu a essa Câmara a incumbência de fazer essa avaliação. Então eu
72passaria de imediato a palavra ao Ministério das Cidades para fazer essa
73apresentação.

74

75

76O SR. ERNANI MIRANDA (Ministério das Cidades) – Bom dia a todos e a todas.

77É um prazer poder estar aqui com vocês para essa apreciação do PLANSAB. Meu
78nome é Ernani Miranda. Eu sou inclusive também Conselheiro aqui do Conama,
79representando o Ministério das Cidades e sou Diretor de um Departamento da
80Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, que chama DARIN, Departamento
81de Articulação Institucional, e é no âmbito desse Departamento que nós
82coordenamos esse esforço de preparação do PLANSAB. Está aqui conosco a
83Tatiana Pereira, que é da nossa equipe, trabalha conosco nesse trabalho do
84PLANSAB e ali atrás o Marcelo Lelis, que é Gerente de Área na minha Diretoria, e
85também é Conselheiro aqui do Conama. Esse Plano Nacional de Saneamento
86Básico é uma orientação que tem na Lei 11.445, é uma lei de 2007, que traz as
87diretrizes nacionais para o serviço de saneamento básico no Brasil e em um

88capítulo, em uma parte da lei grande, a lei estabelece a Política, o que ela chama
89de Política Federal de Saneamento Básico, no âmbito do qual ela orienta e
90determina a elaboração do Plano Nacional. E estabelece que o Ministério das
91Cidades deve coordenar essa preparação e nós então viemos trabalhando nisso já
92há alguns anos e estamos agora na etapa derradeira desse processo. Há um
93decreto que regulamenta a Lei, que é o Decreto 7.217. Ele é de 2010 e no Decreto
94a Presidência da República estabelece que nós devemos levar o Plano para a
95apreciação em quatro conselhos nacionais: o Conama, o Conselho Nacional de
96Meio Ambiente, o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Recursos
97Hídricos e o Conselho Nacional das Cidades. Então nós já tivemos a
98apresentação em todos os conselhos e agora estamos fazendo no Conama. No
99Conselho Nacional de Saúde já foi até o Pleno e o Pleno já emitiu uma Resolução
100aprovando o Plano. No Conselho das Cidades também já foi até o Pleno e o Pleno
101já emitiu uma Resolução aprovando. No CNRH o Plano já foi avaliado em duas
102Câmaras Técnicas: na Câmara Técnica de Planos e na Câmara Técnica de
103Legislação, a CETIL. E também já foi aprovado e agora vai ao Pleno no dia 28 de
104junho para apreciação da Nota Técnica das duas câmaras que recomendam a
105aprovação. O termo que o Decreto fala é apreciação do Plano. Então é essa a
106conotação que nós demos quando encaminhamos oficialmente para os conselhos.
107Nós encaminhamos no mesmo dia para todos os conselhos. Então foi no dia 02 de
108maio que nós oficiamos a entrega aos conselhos. Eu estou dizendo isso porque o
109Decreto estabelece um roteiro, inclusive fixando alguns prazos e nós então, para
110poder processualmente poder trabalhar nos termos do Decreto, fizemos questão
111de fazer esse encaminhamento simultâneo, porque o Decreto inclusive usa esse
112termo: apreciação simultânea. Então o que eu trago aqui é uma apresentação.

113

114

115**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – Eu
116consulto os demais membros da Câmara. Mas eu imagino que 20 minutos seja um
117tempo razoável de apresentação.

118

119

120**O SR. ERNANI MIRANDA (Ministério das Cidades)** – Os primeiros *slides* aqui
121nós fazemos um destaque no processo de preparação e mais para frente alguns
122*slides* com um pouco mais de conteúdo. O primeiro destaque é esse: o Plano foi
123feito sob a coordenação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional. Foi o GTI
124PLANSAB, composto por 12 representações do Governo Federal e aqui o
125Ministério do Meio Ambiente aparece desde o início, participou desde o início,
126normalmente com representação da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente
127Urbano, SRHU, e participou de forma permanente. E também tem representações
128aí da Fazenda, Casa Civil. Enfim, várias representações do Governo Federal e
129também representações da sociedade por meio dos segmentos com assento no
130Conselho das Cidades, destacando aqueles que estão ali: os trabalhadores, Poder
131Público Municipal, Poder Público Estadual, ONGs, movimentos populares,
132entidades profissionais, academia e entidade de pesquisa e empresários. Todos
133tiveram participação. E o GTI teve um papel... Não foi um papel protocolar ou

134burocrático. Ele de fato participou efetivamente da concepção, das formulações e
135com contribuições efetivas, assumindo um papel de fato de protagonista nesse
136processo. E aqui algum destaque para esse ciclo, que nós chamamos de ciclo de
137participação, que nós estamos fazendo questão de citar nas apresentações, para
138demonstrar que houve um processo de fato contínuo, com elevada participação,
139ao nosso ver, do Governo Federal e daqueles segmentos que eu me referi e da
140sociedade em geral. Começou em 2008 com o documento que chamou Pacto
141Pelo Saneamento, que foi debatido com o Conselho das Cidades, com todas as
142representações do Conselho, foi aprovado no Pleno do Conselho e homologado
143pelo Ministro das Cidades. Aí nós iniciamos então efetivamente o processo
144através do apoio de universidades brasileiras em um consórcio que envolveu
145UFMG, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ e Universidade Federal da
146Bahia que, em processo de cooperação conosco, trabalhou inicialmente
147levantando problemas e fazendo uma construção estratégica do Plano e aí já
148iniciando o processo quantitativo com 05 seminários regionais, onde os problemas
149no nível local e regional foram apontados, as respectivas inclusive para compor
150visão estratégica também foram levantadas. Depois, em 2009 também, mas
151também avançando para 2010, nós fizemos a primeira discussão, a discussão
152preliminar nos conselhos. Então o Plano foi apresentado nos conselhos ainda em
153uma fase muito inicial com a estrutura básica e alguns elementos já que davam
154alguma forma, mas ainda muito preliminar, mas foi apreciado, porque o Decreto
155estabelecia isso também. Aí nós elaboramos propriamente a primeira proposta,
156uma proposta preliminar, que foi levada para que cada representação do GTI
157apreciasse e apresentasse emendas. Ali não está aparecendo, mas são 131
158emendas que o GTI apresentou. Foram todas consideradas, respondidas e
159incorporadas no Plano. Em seguida então, com esse documento que nós
160chamamos de proposta do PLANSAB, nós submetemos a uma ampla divulgação
161e debate nacional após o Pleno do Conselho ter aprovado esse documento. Então
162aí com a aprovação, nós fomos para cinco seminários regionais, um em cada
163região do país: Belém, Rio de Janeiro, Florianópolis, Brasília e no Nordeste foi
164Salvador. Fizemos essa discussão, apresentamos o documento, debatemos o
165documento e aí, após isso, levamos para duas audiências públicas: uma na
166Câmara dos Deputados. Foi feita na Câmara de Desenvolvimento Urbano, na
167CDU, e outra audiência pública no próprio auditório do Ministério das Cidades.
168Essas audiências estão todas documentadas, publicadas na Internet e aí
169submetemos à consulta pública na Internet. Foram 61 dias para a sociedade
170contribuir. Recebemos 649 contribuições. Essas contribuições foram apreciadas.
171O relatório de apreciação das contribuições foi divulgado em dezembro do ano
172passado e de dezembro até abril nós processamos a revisão do documento que
173chamava Proposta de PLANSAB e consolidamos as contribuições que foram
174acatadas e transformamos esse documento em uma versão consolidada para
175apreciação dos conselhos, que é a versão que os senhores e senhoras
176receberam. E o estagio que nós estamos agora então é esse de apreciação dos
177conselhos. Então ali eu já tinha até antecipado: a Câmara Técnica do Plano de
178Saúde dos Recursos Hídricos já apreciou e aprovou. A CETIL também, isso no
179CNRH e eles já fizeram uma moção, uma minuta de moção para o Pleno que vai

180apreciar no dia 28/06. No Conselho Nacional de Saúde, foi aprovado na Câmara
181Técnica Intersectorial de Saneamento e Meio Ambiente no dia 28/05. No dia 05/06,
182aprovado no Pleno por intermédio de uma Resolução. Nos dias 14... E aqui, na
183Câmara de Saneamento Ambiental do Conselho Nacional das Cidades e depois
184no Pleno do Conselho, foi aprovado no dia 07/06. E nessa reunião que o
185Presidente já citou, foi aprovada a urgência para tramitação no Conama. Hoje nós
186hoje nós estamos apresentando aqui para, no próximo Pleno, ser apreciado.
187Rapidamente, o Plano foi preparado... Nós fazemos questão de citar isso, porque
188isso diz o quanto nós nos preocupamos com a base conceitual forte para preparar
189o Plano. As universidades prepararam um documento muito extenso, composto
190desses volumes todos. Tem ainda um sétimo volume. Os *slides* não estão
191aparecendo na integralidade. Tem um sétimo volume também. Mas esses
192volumes todos reparados pelas universidades é uma base conceitual, com
193elementos conceituais, análise situacional e é uma análise situacional que não se
194apegou apenas a dados numéricos, mas também avaliações institucionais,
195avaliação dos programas, avaliação do histórico do país do ponto de vista da
196política que vem implementando nessa área. Enfim uma base conceitual composta
197por sete volumes. Essa base foi disponibilizada junto da Proposta de Plano na
198consulta pública e o último volume, que é o 7, traz esses cadernos temáticos com
199uma reflexão, com aspectos de análise também situacional e com aspecto já até
200de formulações em todos esses campos aí de análise: territorialização,
201intersectorialidade, desenvolvimento tecnológico, a questão metropolitana,
202experiências internacionais, capacitação, enfim. Esses cadernos nos ajudaram
203muito na preparação do Plano, mas nós temos o entendimento que ele nos ajuda
204muito na implementação do Plano, no monitoramento e avaliação no Plano, nas
205inovações que nós tentaremos alcançar no setor saneamento com a sua
206implementação. Está disponível no *site* do Ministério das Cidades. O documento
207todo é muito extenso. São mais de três mil páginas o conjunto dos 07 volumes.
208Um destaque também, sem querer aprofundar em metodologia e planejamento,
209esse *slide* é apenas para destacar que nos elementos de planejamento que nós
210trouxemos do estudo do panorama, nós adotamos, no PLANSAB, elementos do
211planejamento técnico-situacional, procurando nos distanciar o máximo do
212planejamento tradicional, aquele planejamento determinista, feito apenas por
213agentes do Governo, que tomam todas as decisões. Mas nós avançamos para um
214debate, para um ciclo de participação, para um reconhecimento dos problemas,
215para o reconhecimento de certezas futuras. Enfim, elementos que os
216planejamentos estratégicos funcionais trazem e que foram adotados nesse
217processo de elaboração do PLANSAB. E outra metodologia de planejamento que
218nós adotamos foi um planejamento baseado em cenários. Nós fizemos um estudo
219de cenários, é o caderno 04 daquele estudo do panorama, onde nós tentamos
220visualizar todas as incertezas, todas as variáveis e as diversas hipóteses para
221todas essas incertezas no horizonte do Plano, que é um horizonte de 20 anos
222estabelecido na Lei. A Lei estabelece que o Plano tem que ter um horizonte de 20
223anos. Então a lógica dessa metodologia é enxergar os cenários no futuro e a
224tendência é você enxergar um cenário muito grande e muito extenso, no qual você
225fecha para aqueles que você acha que são mais prováveis, que é a elipse

226amarela, e depois você identifica o desejado. O desejado sai, muitas vezes, do
227provável, mas também tem uma linha de interseção grande comprovada. E é
228naquela interseção que o Plano então fecha nas suas condicionantes e hipóteses
229e planeja dentro dessas condicionantes e hipóteses, que é o cenário plausível que
230nós consideramos. Aqui também um fluxograma extenso, que eu não vou me ater
231a ele, que diferentemente daquele primeiro, que era de ciclo de participações,
232esse aqui tem um pouco de conteúdo também, mas eu vou saltar esse fluxograma
233para poder entrar um pouco agora em termos de conteúdo do Plano. O primeiro
234destaque que nós gostaríamos de dar, que nós estamos considerando que são
235inovações no PLANSAB para política pública é o reforço da base conceitual, quer
236dizer, eu já citei isso: o panorama traz uma base conceitual forte. A análise
237situacional, sobretudo, para identificar atendimento e déficit que o Plano traz, que
238para o saneamento básico essa metodologia é inovadora, primeiro por distribuir a
239população do país em dois grupos: o grupo que tem serviço coletivo e o grupo que
240não tem serviço coletivo, mas ainda sim tem uma solução, que é a solução
241individual. Dentro do grupo coletivo nós temos aquele que ouça usa o serviço, mas
242temos aquele que não usa. Mesmo tendo o serviço, ele ainda está conectado à
243solução individual ou às vezes ele não está nem conectado. Ele faz parte do grupo
244de atendimento. Então nós reconhecemos no PLANSAB essas soluções
245individuais adequadas e partimos também para os que tenham atendimento, seja
246coletivo, seja individual, para aqueles que têm atendimento adequado, mas
247aqueles também que não têm atendimento adequado, que nós chamamos de
248atendimento precário. Então, no grupo de cima, o amarelo é quem tem
249atendimento adequado e é coletivo e o vermelho: atendimento precário e é
250coletivo. Por exemplo: quem tem intermitência é um atendimento precário. E na
251solução individual, idem: tem o adequado e o precário. Por fim o grupo mais
252embaixo, o último vermelho, é quem não tem atendimento nenhum. Então o que o
253Plano se preocupa é em formular soluções, não apenas para os sem atendimento,
254mas também para aqueles que têm atendimento precário no pressuposto de que
255essas pessoas precisam também de investimentos para solucionar a precariedade
256no qual elas estão inseridas. E todas as propostas, seja de metas, seja de
257programas, seja de estudo de necessidade de investimento, seja de diretrizes
258estratégicas para implementação do Plano, considera que o Grupo a que o Plano
259tem que se preocupar é o grupo dos precários e dos sem atendimento. Para os
260que têm atendimento adequado, a preocupação é manter o serviço na qualidade e
261na quantidade que já existe. Também, no ponto de vista de inovação, nós
262destacamos as medidas estruturais e estruturantes propostas no Plano. O Plano
263considera que para você solucionar de forma adequada e sustentável os
264problemas de saneamento, você precisa trabalhar não só com medidas
265estruturais, que são as obras... No entendimento do Plano, estrutural são as
266obras. Mas você precisa também investir em medidas estruturantes, em uma
267lógica similar a essa que está atentada esboçar. Esse gráfico é um gráfico
268esquemático. Então você tem a linha vermelha, que são as medidas estruturais.
269Historicamente o país investe em medidas estruturais fazendo obra. Um exemplo
270que nós estamos vivendo hoje no país do PAC. É um grande exemplo. O PAC é
271um programa de obras, para investimento na infraestrutura. Nós entendemos que

272essa curva tende a subir mais ainda, mas depois ela tende, na medida em que as
273infraestruturas estão ficando prontas, tende a declinar. E aí, no contraponto, as
274estruturantes tendem a subir. As estruturantes são aquelas medidas de reposição
275de infraestrutura esgotada. Isso representa também obras, mas também muitos
276serviços, por exemplo, redução de perdas de água, eficientização energética do
277sistema, automação e sistemas de controle operacional do ponto de vista de
278serviços de pequenas obras e do ponto de vista de gestão, muita capacitação,
279planos, projetos, estudos e pesquisas. Enfim, essas medidas estruturantes vão
280subindo e aí elas cruzam as estruturais no ponto da universalização do serviço. E
281a lógica passaria a ter você reforçar mais as estruturantes que suplantam as
282estruturais, inclusive no ponto de vista da necessidade de recurso. Essa lógica
283permeia as propostas do Plano e nós entendemos que para o saneamento básico,
284isso é uma inovação, porque o setor não tem cultura de trabalhar tão fortemente
285essas medidas estruturantes. E alguns outros aspectos: a matriz tecnológica, ao
286reconhecer soluções individuais, ao propor, ao longo do Plano, inovação
287tecnológica em vários aspectos, a ideia do planejamento estratégico e
288participativo, os programas... Porque nós consideramos inovação? Porque nós
289tentamos fechar a proposta do Plano em apenas três programas, ao contrário do
290que nós temos hoje, sobretudo na estrutura federal, quando nós temos inúmeros
291programas, inúmeras ações dispersas na Esplanada dos Ministérios com 9, 10, 12
292ministérios executando, mas o fato de ter muitos ministérios executando talvez até
293não seja o maior problema. O maior problema é ir executando sem uma diretriz
294única, sem uma lógica única, sem uma coordenação que dê as orientações
295básicas. Então a ideia dos programas, de fechar em três programas é que eles
296vão poder irradiar diretrizes, critérios e procedimentos para uma execução que
297pode ser descentralizada, e mais do que isso: que orienta a ação no nível
298subnacional. Estados e municípios poderão ter essa lógica de programas um
299pouco mais concentrado do ponto de vista das suas diretrizes poderão empregar o
300mesmo modelo. E também o monitoramento. O setor saneamento básico não tem
301cultura de monitorar as suas ações do ponto de vista dos resultados. O
302monitoramento é mais um monitoramento tradicional de avaliar o quanto foi
303executado, se a obra já iniciou, se já acabou, quantas ligações foram feitas. No
304máximo chega nesse nível de saber quantas ligações foram feitas. Mas um
305resultado efetivo, um resultado nos demais setores, como setor de recursos
306hídricos, meio ambiente e saúde, esse monitoramento, nós não temos essa
307cultura e o Plano traz uma proposta bastante concreta de fazer um monitoramento
308mais robusto. Aqui a estrutura do Plano. São 10 capítulos apenas para enxergar
309uma lógica que vai desde uma introdução até chegar no monitoramento e
310avaliação. Aqui é aquele quadro da caracterização do déficit e do entendimento
311precário e adequado. Quer dizer, o déficit se compõe, está na direita, do
312atendimento precário e do sem atendimento. E quem de fato está atendido é na
313coluna do adequado. Então no caso da água, só para dar um exemplo, sem entrar
314no detalhe de toda essa matriz, no caso da água, quem está conectado a uma rede
315de água, mas a água tem baixa qualidade, é atendimento precário. Se a água tem
316boa qualidade, ele é atendimento adequado. Se tem intermitência, ele é precário.
317Se não tem intermitência, é adequado. Isso vale tanto para rede como para poço,

318solução individual. Esgoto: se ele está conectado a uma rede de esgoto,
319entretanto o esgoto não é tratado, ele é precário. Se o esgoto é tratado, ele é
320adequado. A mesma coisa é a fossa: se ele tem uma fossa cética com condições
321sanitárias e ambientais adequadas, o atendimento é adequado. Mas se essa fossa
322não é adequada e ela tem uma característica mais de fossa rudimentar, ele passa
323para o atendimento precário. E resíduo sólido? Se ele tem a coleta, mas o lixo vai
324para um lixão, esse atendimento é precário. Para ele ser adequado, ele tem que ir
325para uma destinação... Uma disposição ambientalmente adequada. Com essa
326matriz, os índices de cobertura do país mudam radicalmente em relação àqueles
327que nós tradicionalmente costumamos ouvir com dados do IBGE, até com dados
328do nosso sistema, que é o SNIS. Então o atendimento adequado no Brasil cai para
32959,4% e o precário, 33,9. O que nós ouvimos dos institutos de pesquisa tradicional
330é que o Brasil tem 82, 84% de cobertura com água. De fato tem. Só que 33,9% é
331precário e 60% é adequado. E esgoto é a mesma coisa. A cobertura com esgoto
332hoje, incluindo as fossas céticas é da ordem de 80%, 80 e poucos por cento. E
333quando nós jogamos no adequado e precário, vai dar 39% adequado e 50%
334precário. E no caso do lixo, 58,6 adequado e 27,2 é precário. Uma coisa que eu
335deveria ter dito no início e que eu não disse é que a Lei de Saneamento Básico
336define o que é saneamento básico. Está em uma definição de lei. E lá, nos termos
337da lei, o saneamento básico se compõe de quatro componentes: o abastecimento
338de água, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e manejo dos resíduos
339sólidos, a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. São esses quatro
340componentes. E o Plano trabalha nesses quatro componentes, numa visão
341integrada desses quatro componentes. Então, todas as metas, todas as diretrizes,
342todos os programas são no sentido de trabalhar esses quatro componentes. Aqui
343é o cenário, sem entrar muito em detalhes, o Plano estuda a visão futura, aquilo
344que eu expliquei, no estudo de cenários. Nós, no final do Plano, fechamos em três
345possíveis cenários com as mesmas condicionantes, mas com hipóteses variadas.
346Então a primeira, por exemplo, política macroeconômica. Existe a hipótese de ela
347ser uma boa evolução no horizonte do Plano ou de ela ser uma evolução apenas
348intermediária. Todos os estudos não apontaram uma hipótese ruim para a
349evolução da política macroeconômica, apesar do que nós estamos vivendo hoje,
350quer dizer, esse estudo têm dois anos. Nós devemos revisar esse estudo a cada
351quatro anos, e aí isso é outra informação que eu deveria ter dado no início. A Lei
352estabelece que o Plano tem 20 anos de horizonte e que deve ser revisado a cada
353quatro anos. Ele vai até 2033. O horizonte dele é de 20 anos, começando em
3542014 e vai até 2033. Ele tem que ser revisado a cada quatro anos. Então tem
355várias condicionantes: o papel do Estado, o modelo de gestão e gerenciamento, a
356política de investimentos, a matriz tecnológica, a disponibilidade de recursos
357hídricos, as questões ambientais. Tudo isso são condicionantes. E você admite,
358no futuro, hipóteses para essas variáveis. No final, todos os especialistas que
359trabalharam nesse estudo de cenário fecharam que nós poderíamos trabalhar no
360cenário mais promissor, mais otimista, que é o cenário 1. Então tudo que nós
361formulamos no PLANSAB é numa visão que teremos investimentos contínuos, o
362Estado assume o seu papel forte de provedor e de gestor das políticas públicas,
363de regulador efetivo das políticas, de trabalhar a gestão interfederativa. O

364saneamento básico tem muito esse problema da titularidade. A titularidade é do
365município. Nas regiões metropolitanas tem uma titularidade compartilhada com os
366estados, mas quem formula política é a União. Então há um processo que exige
367uma gestão interfederativa. Então isso está colocado e tudo mais. Então esse é o
368cenário e esse cenário está com todo um estudo profundo, é o caderno 4quatro, e
369nós vamos revendo isso na revisão. Depois vem o quadro de metas. Eu não vou
370falar aqui em detalhes de todas as metas, mas tem o Brasil e as macrorregiões.
371Para as metas de cobertura global tem também, no Plano, por estado e tem por
372região hidrográfica brasileira, para as duas regiões hidrográficas brasileiras o
373Plano trás também. Então normalmente as metas são metas de atendimento ou
374cobertura com serviços, mas também algumas metas de gestão para cada serviço
375específico. No caso da água, esse quadro traz as metas. Então falando do
376primeiro indicador, é a cobertura com serviços de água, que prevemos que, no
377horizonte do Plano, considerando urbano mais rural, nós não vamos chegar a
378100%. No urbano chegaremos a 100% com 10 anos de Plano. Mas no rural, com
37920 anos nós ainda estaríamos com 80% na média do país. Aqui alguns
380indicadores de qualidade. Qualidade da água. O A5 é de intermitência, o A6 é de
381perdas e o A7 é de cobrança pelos serviços. São indicadores mais de qualidade e
382de gestão específicos para a água. Depois vem o esgoto, também na mesma
383lógica: indicadores de cobertura. A previsão é que nós chegaremos no rural mais
384urbano, somados em 92%, sendo o urbano com 93 e o rural com 69% de
385cobertura ao final do horizonte do Plano. Aqui: cobertura com tratamento de
386esgoto. 93%. Domicílios com presença de instalações hidrossanitárias: 100%. Nós
387temos hoje no Brasil 11% de domicílios que não têm instalações sanitárias
388próprias, ou seja, não têm banheiro, segundo dados do IBGE e nós trabalhamos
389isso para que seja zero esses domicílios sem instalação sanitária. E também
390cobrança pelo serviço em um indicativo de gestão. Depois vêm os resíduos
391sólidos. Os primeiros ali são de cobertura. No caso aí não existe, nos institutos de
392pesquisa atual, um indicador único para urbano mais rural. Nós prevemos a
393universalização da coleta na área urbana e na área rural chegaremos a 70%.
394Presença de lixões nos municípios brasileiros, já em 2014, a Lei 12.305 fala que
395tem que ser zero. Então o PLANSAB obedece essa determinação legal e coloca já
396em 2014 0% de lixões. Nós achamos que esse indicador não é um bom indicador,
397mas é a formulação que existe hoje no IBGE. Nós queremos mudar esse indicador
398para municípios com disposição ambientalmente adequada dos resíduos sólidos,
399caminhando para a terminologia da Lei 12.305. Aqui, a drenagem. O único indicador
400que nós temos, que nós trabalhamos com ele no Plano foi a presença de
401inundações ou alagamentos na área urbana dos municípios registrado nos últimos
402cinco anos. Também não é um bom indicador, porque você pode ter inundações e
403alagamento mesmo com as soluções de drenagem sendo adequadas, porque é
404um fenômeno natural. Você pode ter uma grande chuva, uma grande cheia. Nós
405vimos a recentemente na Europa países desenvolvidos, a Europa com cheias.
406Quer dizer, não é porque eles têm problema de solução adequada. É porque é um
407fenômeno natural. Então nós devemos caminhar na implementação da PLANSAB
408para alguns indicadores de melhor qualidade. Mas é esse que nós estamos
409trabalhando. Hoje o Brasil tem 41% dos municípios sujeitos a inundações ou

410alagamentos e a meta é chegar a 11%. E aqui são os indicadores de gestão. O
411Plano quer demonstrar e demonstra isso, e quer que isso seja implementado, que
412as questões de gestão são tão fundamentais quanto às questões de cobertura,
413quanto às questões de você ter o sistema ou não ter o sistema. Você precisa ter
414uma gestão adequada. Então tem alguns indicadores de gestão, até mesmo a
415questão do controle social está colocada, que é o indicador G4, a questão da
416regulação efetiva do serviço, a existência de planos, a existência de políticas.
417Enfim, nós queremos monitorar isso para que haja política, haja planos, haja
418projetos, haja regularização e haja o efetivo controle social, porque a Lei 11.445
419traz o que ela chama de gestão plena dos serviços, e ela considera que a gestão
420plena se assenta nos seguintes pilares: um é a prestação do serviço. É você
421prever os serviços, operar, dar manutenção e atender ao cidadão. Esse é um pilar.
422O outro pilar é o planejamento adequado do serviço. O terceiro é a regulação e
423fiscalização do serviço, e o quarto é o controle social. Todos eles são obrigatórios
424no termo da Lei e a Lei estabelece diretrizes para todos eles. Rapidamente então,
425a partir das metas, das diretrizes estratégias, do estudo de cenário que nós
426fizemos, nós então desenvolvemos uma metodologia que já existia e nós a
427refinamos no caso de água, esgoto e resíduos sólidos e para drenagem nós
428construímos e calculamos quanto por cento de dinheiro precisa investir para nós
429alcançarmos as metas. Ali no final, no lado direito, lá embaixo, aparece o total: são
430503,4 bilhões de reais em 20 anos e depois tem o componente água, esgoto,
431drenagem, resíduos sólidos e gestão. Para cada um tem o quadro de quanto nós
432precisamos. E o Plano, eu esqueci de falar isso, nas metas, ele traz metas para o
433curto prazo, que é até 2018, o médio prazo, que é até 2022 e o longo prazo, que é
434até 2033. E a necessidade de investimento também tem uma previsão, uma
435estimativa no curto prazo, no médio prazo e no longo prazo. No total, 503,4
436bilhões em 20 anos para todos os componentes, inclusive o chamado de
437componente de gestão. E aqui é uma matriz. A ideia não é ler. Isso está no Plano.
438É uma distribuição de quanto que é estrutural e quanto é estruturante e quanto
439nós estimamos que os recursos virão de agentes federais ou de outros agentes.
440Os agentes federais são: OGU, é o FGTS, é o FAT ou outras fontes federais que
441podem ser empregadas e os outros agentes são: orçamento municipal, orçamento
442estadual, empréstimos tomados pelos agentes de fundos nacionais de bancos
443internacionais, doações e a cobrança pelo serviço, quer dizer, a tarifa também
444paga os financiamentos. Também está no pacote dos outros agentes. Ao final nós
445estimamos que 59% dos recursos, ao longo de 20 anos, serão de agentes federais
446e 41% serão de outros agentes. Depois vem uma grade extensa de diretrizes
447estratégias. São fundamentais. São diretrizes no campo da coordenação e
448planejamento, o que precisa ser feito para ter uma coordenação e planejamento
449efetivo, articulado, intersetorial, interinstitucional, interfederativa. Aí tem várias
450macrodiretrizes estratégicas. Depois tem um pacote de macrodiretrizes
451estratégicas referentes à prestação, regulação e fiscalização do serviço. O outro
452conjunto referente ao desenvolvimento tecnológico. Aqui entra a questão das
453pesquisas, da capacitação, do investimento em gestão. Outro grupo referente a
454investimentos e cobrança e um terceiro grupo referente ao monitoramento e
455avaliação. O que os órgãos precisam fazer no ponto de vista das suas estruturas,

456da sua ação institucional, da sua articulação com os diversos atores para
457implementar o Plano? Alguns exemplos de macrodiretrizes nós colocamos aqui,
458algumas mais voltadas para o campo ambiental e que dialoga com as ações e as
459resoluções do Conama. Tem também, do mesmo caráter, aquelas que dialogam
460com a área de recursos hídricos, com a área de saúde e com o próprio setor de
461saneamento, evidentemente. Então uma diretriz: adotar estratégias que
462assegurem a intersetorialidade das ações de saneamento básico com as políticas
463de saúde, desenvolvimento urbano, habitação, proteção ambiental e recursos
464hídricos, entre outros. Só para dá um exemplo. Eu não vou ler todos. Ali uma que
465diz respeito à universalização, considerando, assegurando qualidade ambiental,
466tratamento dos esgotos em nível compatível com os padrões de lançamento dos
467efluentes e requisitos de qualidade de água dos focos receptores. É bom dizer que
468a Lei de Saneamento tem um artigo que fala o seguinte, e não poderia ser
469diferente: o saneamento começa na saída dos recursos hídricos e a captação da
470água e vai até o lançamento. A gestão do recurso hídrico propriamente dita não é
471do saneamento básico e o saneamento não pode interferir nisso. O que o
472saneamento tem que fazer é cumprir as regulamentações da gestão dos recursos
473hídricos e da gestão ambiental. É um usuário. E a Lei reforça isso, a Lei 11.445, e
474o Plano é trabalhado nesse contexto. Aí tem várias diretrizes estratégicas. Tem
475muitas que falam dos resíduos sólidos, da necessidade de articulação com a Lei
47612,305. E aqui é para dizer dos programas. Eu já antecipei. Nós propomos três
477programas: um programa chamado de Saneamento Básico Integrado, cujo foco
478são as ações estruturais. São as grandes obras, as obras de infraestrutura, com a
479visão de saneamento integrado, atacando os 4 componentes do saneamento
480básico e convocação especial para as áreas urbanas. O Programa II é
481Saneamento Rural para atuação também nos 4 componentes em ações
482estruturais, mas também em ações estruturantes e o saneamento rural não visto
483naquela dimensão territorial do rural tradicional, mas também pequenos
484municípios, áreas consideradas pelo IBGE como urbanas, mas que têm toda uma
485vocaçãõ e todo um desenvolvimento, que na verdade têm características rurais,
486além da áreas indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, enfim. E o último
487programa lá embaixo, é o Saneamento Estruturante, que são medidas de apoio à
488gestão, capacitação, planejamento, projetos, pesquisas e desenvolvimento,
489reposição de estruturas existentes, programas de perdas, reuso da água. Enfim,
490um conjunto grande de ações que são vistas como estruturantes. Aqui são os
491cenários do monitoramento e avaliação. Nós damos muito destaque a isso no
492Plano, a importância de você monitorar, e nós reunimos... Esse Programa de
493Monitoramento e Avaliação, nós orientamos esse Programa de Monitoramento e
494avaliação segundo 05 dimensões: aquele estudo de cenário tem que ser
495permanentemente monitorado, as metas têm que ser monitoradas, os indicadores
496auxiliares aí dizem respeito aos setores que têm interface, recursos hídricos, meio
497ambiente, saúde, como o saneamento está impactando nesse setor. Então você
498monitora isso, as macrodiretrizes estratégicas, se estão ou não sendo
499implementadas e se os programas estão efetivamente sendo executados, estão
500alcançando o seu público-alvo, estão trabalhando com o foco que o programa

502determina, e, sobretudo, se está tendo resultados efetivos. É essa a apresentação.
503Obrigado pela atenção dos senhores e senhoras.

504

505

506O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) –
507Obrigado, Dr. Ernani. Eu vou propor o seguinte: que façamos uma rodada de
508perguntas, de esclarecimentos, e depois um posicionamento... Mas antes de
509entrarmos no posicionamento dos conselheiros, que nós aproveitemos a
510explicação do Dr. Ernani para tirar dúvidas. Então se alguém quiser... Eu já me
511inscrevo, que eu tenho algumas.

512

513

514O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA) – Gostei de ouvir a sua
515explicação. É tanto que na Semana Nacional do Meio Ambiente eu fui
516entrevistado por alguns canais de televisão e de rádio e disse que o problema
517ambiental número um do país hoje é a falta da infraestrutura de esgotamento
518sanitário e o destino adequado do lixo. Teresina, Piauí, tem 800 mil habitantes e
519apenas 17% de esgotamento sanitário. Do outro lado, a cidade de Timon tem 0%
520de esgotamento sanitário. Então nós não vamos resolver o problema ambiental do
521país se não investirmos maciçamente na área que eu chamo não de saneamento
522básico. Eu chamo de saneamento ambiental, porque eu considero muito mais
523abrangente. Dessa forma, a lei é de saneamento básico. Tudo bem, mas que o
524saneamento ambiental é muito mais abrangente. Dessa forma, eu acho que tem
525que ter, 2014 a 2033, 20 anos para isso, uma vez que os esgotamentos sanitários
526e as empresas estatais ou paraestatais que administram água e esgoto das
527cidades estão passando uma situação difícil até para receber investimento e
528recursos do Ministério das Cidades. Dessa forma, eu acho que tem que investir
529muito para áreas de aterro sanitário, embora seja o foco de IV Conferência
530Nacional de Meio Ambiente acabar com lixões no país e dizer que é esse o tema
531que nós temos de bater: esgotamento sanitário, galerias pluviais e aterro sanitário.
532Então gostaria depois até de ter mais informações sobre como vai ser a integração
533com as cidades, as capitais brasileiras. E eu ainda recomendo que esse Plano
534foque as bacias hidrográficas, porque as bacias hidrográficas são exatamente
535onde percorrem, circulam os recursos hídricos do país.

536

537

538O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) – Eu
539não apresentei aos senhores, até porque eu tomei conhecimento depois, mas o
540Dr. Marcelo Manara está substituindo o Dr. Bocuhy na representação do PROAM.
541É o novo membro da Câmara. Então ao mesmo tempo em que dou as boas-
542vindas, passo a palavra.

543

544

545O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (PROAM) – Bom dia a todos. Um prazer
546compartilhar desses momentos de discussões técnicas e inicio essa difícil jornada
547com o propósito de colaborar e aprender bastante nessas discussões. Por

548 formação, eu sou engenheiro agrônomo, gestor ambiental. Atuo há 25 anos,
549 principalmente no Estado de São Paulo, com experiência em algumas frentes
550 diversificadas. Já trabalhei com gestão ambiental de reservatórios pela SESP,
551 Ministério Público nos últimos 8 anos como assistente técnico, enfim. Só um breve
552 relato aí dessa experiência e dessa vontade de contínuo aprendizado, que eu
553 tenho certeza que eu vou ter muito aqui compartilhando com vocês. Algumas
554 questões que me chamam atenção... Primeiro, parabenizar a apresentação,
555 parabenizar todo o esforço empreendido pelo Ministério, que realmente para
556 construir um Plano, nós sabemos como é difícil para um país continental como o
557 nosso. Mas algumas questões chamam a atenção, principalmente pela dificuldade
558 que tem a ponta. As prefeituras municipais já anunciam que o percentual é muito
559 grande. Não terá condições de atender as metas estabelecidas, tanto de
560 disposição dos resíduos sólidos em aterro sanitário. Agora boa parte desses
561 municípios anuncia uma duvidosa estratégia para solução desses problemas
562 através de usinas de queima de lixo. Clara, nítida a afronta às diretrizes
563 estabelecidas pela própria Política Nacional. Mas os municípios estão, como
564 sempre, com o pires na mão. Uma dificuldade muito grande. É necessário que o
565 Plano invista muito nesse caminho de apoio para que chegue à ponta final uma
566 condição efetiva de implementação. As empresas que operam saneamento básico
567 também não atingem as metas propostas de saneamento, principalmente em
568 termos do esgoto. Vemos com muita preocupação isso, porque a coisa está com
569 um avanço, esta com um caminhar muito difícil e um avanço bastante
570 comprometido e aquém do que a sociedade civil e o próprio meio ambiente
571 necessitam, principalmente em termos do comprometimento dos recursos hídricos
572 no Brasil como um todo. Um detalhe que me chama a atenção, e aí é uma
573 pergunta que eu coloco para o palestrante: com relação ao problema das
574 inundações, que é um problema também que se agrava, infelizmente, porque nós
575 temos um índice de urbanização dos mais altos do mundo e novamente para não
576 ser redundante, bater na mesma tecla, da dificuldade que os municípios têm de
577 planejamento, esses dados foram coletados com ano base em 2010. Os cenários
578 foram construídos em 2010. Em 2012 nós tivemos a mudança de uma das
579 principais leis que determinam inclusive as possibilidades e os problemas que se
580 agravam, que foi a mudança do Código Florestal. Então, hoje, muitos municípios
581 vemos avançar sobre as várzeas e a própria definição de leito maior sazonal, que
582 caiu nesse novo Código Florestal, e isso impõe um novo cenário. Então eu
583 gostaria de saber se... Como o senhor colocou, vai ser trabalhado a cada quatro
584 anos o novo cenário. Mas como já impactado diretamente esses índices,
585 principalmente o cenário, em razão do novo Código Florestal, que define e abriu
586 uma possibilidade enorme para o tecido urbano avançar para o que era antes área
587 de significância ambiental e proteção, era a salvaguarda desses municípios contra
588 esses eventos extremos inundação. Muito obrigado.

589

590

591 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – O
592 Alfredo está pedindo a palavra também, mas para não fazermos um rol de
593 perguntas muito grande, eu tinha me inscrito também e gostaria de fazer uma

594pergunta que está um pouco alinhada com as questões que o Dr. Marcelo
595colocou. A minha dúvida é em relação à articulação do Plano Nacional como os
596planos municipais e estaduais, como se dá essa relação, se essas metas
597estabelecidas no Plano Nacional criam alguma relação de obrigatoriedade ou de...
598De que maneira se refletem nos planos municipais e estaduais, ainda mais tendo
599em vista que muitos municípios já elaboraram planos municipais e alguns estados
600também já estão elaborando ou já elaboraram também. E a segunda questão,
601também bem objetiva, é: como o Plano contempla essa questão dos arranjos
602institucionais, que é justamente a questão dos consórcios... Quando se fala ali em
603ações estruturantes, não ficou muito claro isso, mas tem toda aquela discussão da
604titularidade dos serviços, a questão de como se articulam os municípios entre si
605com o estado para a prestação desse serviço. E aí o grande desafio que eu
606reconheço no Plano Nacional, que é justamente em um serviço tipicamente
607municipal, onde as questões de uso do solo e a própria titularidade do serviço é
608municipal, como fica essa relação da União? Que relação o Plano Nacional tem
609com a autonomia municipal nessas questões? Quer dizer, que tipo de vínculo, que
610tipo de obrigatoriedade, ou que tipo de relação está se criando nessas três esferas
611de governo, porque isso é uma questão que dá... Isso pode se dar pela questão
612financeira, mas também não basta simplesmente a questão dos recursos para
613ordenar esse alinhamento entre estado, município e União. Então me alonguei um
614pouco. Não sei, Alfredo, se você vem nessa linha também. Talvez nós
615possamos...

616

617

618**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
619**Paulo)** – Eu acho que vai na linha. Daí já fala tudo. Daí ele... Na verdade já
620fazendo um pouco de gancho com o que ele falou, um pouco de gancho com o
621que você falou, mas uma coisa que nós percebemos que ocorre no Estado de São
622Paulo... Eu não vi a fundo aqui esse Plano, mas que a questão é a seguinte: tanto
623a Política Nacional de Saneamento como a Política Nacional de Resíduos Sólidos
624dizem que os planos têm que ser coordenados: o Plano Nacional, os planos
625estaduais e os planos municipais. Mas elas não dizem que os serviços têm que
626ser executados pelos mesmos executantes. Porque eu estou falando isso? Porque
627de repente, nos fóruns que eu tenho ido em São Paulo, eu vejo entidades que
628prestam serviços de saneamento, de uma hora para outra eles passam a
629conversar e falar como se fossem prestadores de serviços de lixo. Nós sabemos
630que não é essa a realidade, e eu não estou falando em destinar o resíduo dos
631serviços de saneamento. Eu estou falando de entrar na esfera do lixo mesmo, lixo
632domiciliar que está a cargo dos municípios. Como vamos coordenar essa questão
633dos prestadores de serviço? Porque no fim, a ação parte deles. Eu estou falando
634de alguns, só para exemplificar, conflitos que já começam a aparecer entre a
635figura do prestador ou concessionário de serviços de saneamento com os
636prestadores dos serviços de limpeza pública e coleta e destinação final de lixo. Eu
637acho que isso fecha mais ou menos, porque de repente o pessoal exagera. É o
638que eu falei: um que prestava um serviço começa a falar como se ele fosse o
639detentor da responsabilidade ou um grande candidato da concessão do outro.

640

641

642 **O SR. ERNANI MIRANDA (Ministério das Cidades)** – Obrigado, gente, pelos
643 comentários e perguntas. De fato nós, ao discutirmos esse Plano, não só no
644 processo de elaboração, mas nesse processo agora de apreciação, nós sempre
645 vemos que questões importantes são objetos de debate e muitas vezes podem
646 não estar claras no Plano ou às vezes sem necessidade de permanente revisão.
647 Então, nesse sentido, eu acho que a Lei foi muito feliz ao recomendar a revisão a
648 cada quatro anos. Nós, Ministério das Cidades, inclusive estamos muito
649 empolgados e muito felizes com esse processo todo e estamos tão animados que
650 estamos pensando em atualizar a cada ano. Atualizar no sentido de a cada ano
651 nós revermos todos os dados do Plano e publicar uma versão dele com dados
652 atualizados. Não seria uma revisão. Não mudaríamos nada de proposta, mas se
653 tivermos pernas para isso, nós vamos tentar fazer. Outra coisa que eu queria dizer
654 é que é intenção do Ministério das Cidades e o Conselho Nacional das Cidades
655 reforçou isso: quando o Conselho Nacional das Cidades aprovou por Resolução o
656 Plano na última reunião dele, ele aprovou também uma Resolução recomendando
657 que nós instalemos um Grupo de Trabalho Interinstitucional aos moldes do que foi
658 o grupo da preparação do Plano. Que instalemos um grupo para a implementação
659 do Plano, para o acompanhamento e desenvolvimento do Plano, o monitoramento
660 e a revisão permanente do Plano. Então a ideia nossa é trabalhar com esse Grupo
661 Interinstitucional para esse processo, em um grupo similar ao que foi trabalhado
662 na preparação. Eu acho que isso é interessante porque mantém essa articulação,
663 esse debate permanente, não só no nível federal, mas também nos níveis
664 subnacionais, porque nós sempre chamamos representantes dos estados e
665 municípios e das companhias de saneamento para participar conosco. Então esse
666 processo é um processo que nós queremos ver acontecer na implementação.
667 Comentando as palavras do Sr. Francisco, da FUNPAP, eu queria primeiro dar
668 uma notícia para o senhor. Pelo que eu percebi, o senhor é de Teresina. A Lei de
669 Saneamento Básico estabelece que o Governo Federal deve fazer os Planos de
670 Saneamento Básico das RIDEs, que as RIDEs têm uma coordenação federal.
671 Então nós vamos fazer o Plano de Saneamento Básico das três RIDEs que tem no
672 Brasil, inclusive a RIDE Teresina – Timon. Tem alguns municípios, não são só os
673 dois. Tem mais municípios. Nós estamos com um consorcio de universidades nos
674 ajudando. Então tem uma universidade, o Centro Federal de Educação
675 Tecnológica de Teresina vai trabalhar, conosco, a Universidade de Brasília
676 também e a Universidade do Vale do São Francisco, lá de Petrolina, vai trabalhar
677 conosco por conta da RIDE Juazeiro – Petrolina. Então nós vamos ter a UNB por
678 conta da RIDE DF e entorno, a do Piauí por conta da RIDE Teresina – Timon e a
679 UNIVASP por conta de Juazeiro – Petrolina. Então nós vamos trabalhar lá essa
680 questão do saneamento. Chamamos os municípios para a discussão, governo do
681 estado e a sociedade. Estamos iniciando esse trabalho agora. O senhor abordou a
682 questão do tratamento dos esgotos e dos lixões. De fato o Plano foca isso com
683 muito clareza, reconhece esse problema, encara as dificuldades e as incertezas
684 da solução desse problema, mas propõe solução efetiva. Quer dizer, nós estamos
685 trabalhando, no caso dos lixões, respeitando a 12.305, trabalhando com a ideia de

686fechar todos os lixões e, a partir de 2014, dar destinação adequada para os
687resíduos sólidos. O que nós temos na Lei 12.305 não é só acabar com os lixões.
688Me chamaram atenção já em um debate que eu tive, um especialista da área. A
689Lei vai além disso. Ela propõe que só vá para disposição no terreno o rejeito.
690Então você tem que fazer coleta seletiva. E os prefeitos não se atentaram para
691isso. Quando o prefeito está dizendo que não vai conseguir cumprir a meta, ele
692está pensando que é só fechar o lixão, mas não é. Ele tem que fazer a coleta
693seletiva e levar para o aterro ou para outra disposição só o rejeito, e isso é muito
694mais difícil. Mas tem recurso previsto para isso no estudo de necessidade de
695investimento, tem ação prevista para isso no Plano, em um diálogo com a área
696ambiental para resolver. A questão da compatibilidade com as bacias
697hidrográficas, o Sr. Francisco citou, o Plano se preocupa com isso e a Lei cita isso.
698Agora, confesso para o senhor da dificuldade do setor de saneamento fazer isso,
699porque o setor de saneamento no Brasil se organiza na sua gestão tendo como
700base territorial o município e é muito difícil o país reverter esse quadro. Eu acho
701muito difícil, porque ele está organizado muito fortemente tendo a base territorial
702do município como unidade de gestão. O que eu acho que nós temos que fazer...
703O Plano de Saneamento Básico coloca diretrizes e estratégias para isso, e até
704coloca alguns indicadores para as grandes regiões hidrográficas, o que nós temos
705que fazer é avaliar o impacto no contexto da bacia e absorver para o saneamento
706as diretrizes que os planos da bacia trazem para que não haja conflito e não haja
707divergência e nem inconsistência na orientação da política. Então eu acho que
708essa é a linha que nós queremos que trabalhar com essa questão do foco nas
709bacias. Bom, o Marcelo faz lá vários comentários, que eu estou de acordo: a
710dificuldade dos municípios em cumprir as metas. É uma realidade. Os municípios
711têm anunciado isso. Já tem movimento dos municípios pedindo adiamento de
712prazo para essa determinação da Lei 12.305. A nossa Lei não estabelece prazo
713para fazer plano municipal de saneamento, mas o Decreto Presidencial
714estabelece, e o prazo é até dezembro de 2013. Todos os municípios brasileiros
715têm que ter o seu Plano pronto até dezembro de 2013. A pesquisa que o IBGE fez
716em 2011 apontava que só 5% dos municípios brasileiros têm Plano de
717Saneamento Básico. Nós achamos que não aumentou muito. Os municípios estão
718com muita dificuldade para fazer esses planos, que nós inicialmente temos
719considerado que é uma dificuldade técnica, mas já estamos querendo analisar se
720de fato a dificuldade é só técnica ou se não é uma determinação mais complexa
721do que se imaginou no caso do saneamento básico, porque o saneamento básico
722não exige plano estadual e se houver plano estadual, ele não substitui o municipal.
723Se houver um consórcio e o consórcio fizer um plano intermunicipal, na nossa Lei
724não substitui o plano municipal também. Então ela foi muito rigorosa nesses
725termos. Ela de fato reconheceu o município como poder competente, titular e
726competente para planejar no âmbito do município o que ele quer para o
727saneamento básico. Isso é o que a Constituição diz. Agora, não basta a
728Constituição dizer ou a Lei. Nós temos que estudar o que está acontecendo de
729fato para isso estar acontecendo e nós temos essa preocupação e estamos
730tentando... O Plano tem várias orientações nesse sentido, mas o Plano não pode
731interferir nas competências, e aí um pouco dialogando com o que o Márcio falou e

732perguntou. Sequer a Lei entra na discussão de quem é titular do serviço de
733saneamento básico no Brasil. A Lei usa sempre o termo: “o titular”, sem dizer
734quem é o titular, reconhecendo que isso é um tema constitucional. A Constituição
735diz que é o poder local. Há um embate no setor de saneamento, eu não sei se
736todos acompanham. Nas regiões metropolitanas, sobretudo as companhias
737estaduais e os governos estaduais têm defendido que essa titularidade é do
738estado por conta da integralidade, quer dizer, os municípios estão integrados no
739ambiente onde o serviço de saneamento ultrapassa as fronteiras municipais. O
740Supremo tem julgado algumas ADIs, já está quase concluindo o julgamento e esta
741reconhecendo que a titularidade tem que ser compartilhada nessas regiões
742metropolitanas. O município não perde a sua titularidade, mas ele não pode
743exercer ela sozinho. É isso que o Supremo está dizendo. A titularidade é dele,
744mas ele não pode exercer sozinho. Então terá que ter, e o Supremo inclusive fala
745isso, terá que ter uma autarquia metropolitana para poder exercer essa
746titularidade. E aí, Márcio e Marcelo, o Plano não amarra a obrigatoriedade de
747adesão por parte dos municípios e dos estados. O Plano coloca as orientações,
748mas a adesão é voluntária, porque o Plano não pode obrigar. Mas nós achamos
749que o Governo Federal tem poder de estimular ou de fazer o chamado
750*enforcement* para que os municípios e estados façam adesão por intermédio dos
751programas de investimento. Então é aí que nós achamos que o Governo Federal
752tem que atuar, ou seja, para tomar recursos federais, você tem que seguir um
753normativo mínimo que nós estamos recomendando com base na Lei e atender a
754Lei e o Plano. E aí, ao aderir aos programas para tomar recursos para fazer as
755obras, eles, automaticamente, estão aderindo às metas e as orientações do Plano.
756Mas também quero dizer que a meta nacional não é a soma das metas municipais
757nem é a soma das metas estaduais. Não fizemos esse exercício. Nós achamos
758que seria complexo demais e certa utopia conseguir fazer essa conta. Então a
759meta nacional é uma grande orientação nacional. Vamos monitorar e acompanhar.
760Se o resultado estiver sendo mais positivo, ótimo. Se estiver sendo menos, vamos
761tentar solucionar para que nós avancemos mais. Ou vamos rever a meta nacional.
762Essa é a ideia e essa é a lógica. Assim como o Plano Nacional, não só no que
763disse respeito à meta, mas em todos os seus aspectos, não é a soma dos demais
764planos e nem poderia ser, porque nós só temos 5% de plano municipal pronto. Os
765arranjos institucionais a que se você se refere, Márcio, também o Plano estimula
766de certa forma a integração para gestão associada, que é a Lei 11.107, e o
767modelo de organização via consórcio, mas ele não obriga, mas estimula.
768Sobretudo em resíduos sólidos, mas também na água e esgoto. E no Programa
769Estruturante nós deixamos isso mais claro no sentido da União apoiar os estudos,
770fazer a assistência técnica para alcançar isso. E colocamos recurso para isso no
771estudo. Apoiar isso daí em nível nacional. Voltando para a questão do Marcelo, do
772Código Florestal, de fato nós não fizemos uma avaliação aprofundada dos
773impactos das mudanças que o Código Florestal teve sobre o Plano. Achamos que
774não há inconsistência, porque o Plano é muito genérico. E ele é genérico de
775propósito, porque se nós detalhássemos demais o Plano, nós criaríamos uma
776camisa de força. Nós engessaríamos a política no nível nacional e a política no
777nível nacional tem que ter muita flexibilidade para você operar, para você adequar

778às necessidades subnacionais, sobretudo. Então nós não fizemos essa avaliação,
779mas achamos que não há conflito no que está proposto lá. E um pouco dialogando
780com o que o Alfredo colocou, sobretudo essa questão dos prestadores de
781serviços, o Plano também não entra nessa seara de determinar modelo para a
782prestação de serviço, assim como a Lei não fez isso. No saneamento básico,
783sobretudo água e esgoto, tem um histórico no saneamento básico que vem da
784época do PLANASA, ainda no regime militar, lá nos anos 70, foi o último Plano
785Nacional que o país teve, feito sobre a égide de um regime militar, portanto é um
786plano que, naquelas metodologias de planejamento, é o plano determinista, que
787saiu de um gabinete e mandou implantar. Teve ótimos resultados para ampliar a
788cobertura com serviços de água e esgoto. Teve ótimos resultados. Mas deixou um
789modelo em que as companhias estaduais ganharam muito poder e muita força.
790Isso foi aumentando com o passar do tempo, ao ponto de haver um conflito das
791companhias planejar, autorregular, autofiscalizar, prestar o serviço, não admitir o
792controle social. Por quê? Porque há um vácuo, um vazio de atuação do poder
793público municipal. Os prefeitos, a partir do momento que passam o serviço para a
794companhia estadual, saem do processo e não participam mais. Esse cenário é um
795cenário histórico, então onde um único ator acaba assumindo vários papéis, ao
796contrário do que a Lei manda e do que a Constituição determina. Então esse
797cenário está mudando, nos últimos 10 anos, nos últimos 15 anos está mudando e
798o Plano deixa muito claro isso, e a Lei também. Planejamento é indelegável.
799Quem planeja é o poder público titular do serviço. É indelegável. Então se tem
800companhia de saneamento por aí fazendo planejamento em nome do município,
801ela está extrapolando as suas competências e o município está sendo conivente.
802Não poderia. Não pode planejar. Pode apoiar. Pode dar os dados, pode dar
803*feedback*, mas não pode fazer o Plano. Regulação e fiscalização também é uma
804competência do titular, mas que pode ser delegada. Ele pode delegar para uma
805agência reguladora estadual, por exemplo, mas com contrato, com modelo, uma
806regulamentação contratual. E a prestação do serviço, essa nós temos mais
807história no Brasil da delegação. Os municípios delegam água e esgoto para a
808companhia estadual, delegam um pouco para a iniciativa privada. Nós temos
809várias empresas privadas operando em água e esgoto. Nos resíduos sólidos tem
810pouca delegação no formato de delegação de longo prazo, mas tem muita
811terceirização em contratos de cinco anos. É um modelo diferente. Não é
812concessão, nem é contrato de programa e é terceirização de cinco anos e que vai
813renovando a cada cinco anos. O que ocorre? Tem companhia estadual querendo
814entrar na área de resíduos sólidos mesmo: SANEPAR, COPASA, SABESP. Mais
815na destinação final. Menos na coleta. E estão trabalhando para isso. Eles só
816podem fazer isso se o município autorizar. O município tem que fazer uma
817licitação para fazer isso. Se não for licitação, aí tem que usar a Lei 11.107 e fazer
818o chamado “contrato de programa”. Tem que fazer um convênio de cooperação
819interfederativo. Por meio desse convênio de cooperação interfederativo ele faz o
820contrato de programa sem licitação com a companhia do estado, desde que o
821estado participe do convênio. Ou ele faz um consórcio público. O estado participa
822do consórcio público e oferece a sua companhia para prestar o serviço. Se o
823consórcio aceitar, pode fazer um contrato direto sem licitação. Agora, se não for

824nesse ambiente, a companhia não pode invadir o espaço do município na área de
825resíduos sólidos, nem na área de drenagem e nem em nenhuma área. Se o
826município aceitar, ele está sendo conivente e o Ministério Público pode atuar nisso
827daí. Agora, eu não acho que haja conflito se a coisa for regulamentada, for
828contratualizada e houver uma boa regulação e fiscalização. Aí no caso também de
829resíduos sólidos e da água e esgoto. Nós não temos experiência no Brasil de
830regulação em resíduos sólidos. É muito frágil. A única agência que está fazendo
831um pouco de regulação em resíduos sólidos é a ADASA aqui no GDF. Ela tem
832uma superintendência voltada para resíduos sólidos. Está fazendo alguma coisa e
833agora está no ambiente de debate da PPP, da reorganização do serviço no DF e
834tudo mais. Mas nós não temos outras experiências no Brasil. Em água e esgoto já
835tem. Já está avançando um pouco mais, mas ainda é incipiente também. Nós
836achamos que algo em torno de 2000 municípios brasileiros têm o seu serviço de
837água e esgoto regulado por alguma instância. Não sei se atendi.

838

839

840 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) –**
841 Posso fazer mais uma pergunta? Só complementando a sua resposta, do ponto de
842 vista de regulação também não se pensa em Agência Nacional de Regulação
843 nesse sentido. Eu sei que já se pensou no passado e tal, mas essa discussão não
844 voltou por conta dessas questões regulatórias agora? Porque existem algumas
845 agências municipais, algumas estaduais, mas fica sempre essa discussão
846 também, e alguns vazios nisso.

847

848

849 **SR. ERNANI MIRANDA (Ministério das Cidades) –** O problema que agrava a
850 questão é essa ideia da titularidade, o fato da titularidade ser municipal. Ao
851 contrário do setor elétrico, dos setores de telecomunicações, de transportes
852 aquaviários, de transportes terrestres, onde a concessão é federal. A União fez as
853 suas agências. No caso de saneamento, não é assim. Apesar de não ser assim,
854 há os defensores de que pode haver uma instância de referência não obrigatória
855 federal que ajude, o que a Patrícia acabou de falar aqui, sobretudo para as
856 agências estaduais funcionarem melhor e para os municípios. Município, se não
857 quiser conceder para agência estadual, ele pode. Ele faz a sua audiência. Natal
858 fez isso, Cachoeira do Itapemirim, Mauá. Tem vários municípios. E também para
859 ajudar a resolver alguns conflitos. Por exemplo: Estado de São Paulo. Lá a Bacia
860 do Jundiaí Capibaribe, que tem um histórico enorme de gestão dos recursos por
861 bacia hidrográfica. Tem lá o Comitê, tem a instância de gestão estalada e tudo
862 mais. Eles aprovaram que a Agência de Bacia vai ser a Agência Reguladora do
863 Serviço de Saneamento dos municípios que pertencem a bacia. Aprovou por uma
864 determinação legal que eles têm. Eles têm competência para isso e os municípios
865 aprovaram. A SABESP diz que não aceita. A SABESP não aceita essa regulação.
866 Então há um conflito legal. Isso, se for para as esferas da justiça, nos achamos
867 que a Agência ganha, porque a competência é do município. Se o município
868 determinou... Agora, ele tem que qualificar a agência para regulação em
869 saneamento. Não pode ser assim: só porque é uma agência de gestão de

870recursos hídricos, já está qualificada para regular saneamento. Mas ela pode se
871qualificar, ela tem organização jurídica para isso, tem a delegação dos municípios
872e faz. Nós achamos até que é um modelo que nós devemos investir nele, para não
873ficar em modelos únicos. Lá em Santa Catarina teve uma agência reguladora em
874formato de consórcio público, que é a AARE. Reuniu vários municípios, formou um
875consórcio e transformou. A função da agência é regular. Essa é a função pública
876de interesse comum, com base na Lei 11.107 e no artigo da Constituição que fala
877da gestão associada e do exercício das funções públicas de interesse comum. E
878qual é a função? É a regulação do serviço de saneamento. E está funcionando.
879Está funcionando bem. Os municípios aceitam, a companhia estadual está
880aceitando e tudo mais. Então os modelos de regulação precisam ser variados,
881Então os defensores de que o nível nacional pode ter uma instância de referência,
882estão, sobretudo, no setor de saneamento fazendo essa defesa. O Plano não
883entra nessa linha e eu posso dizer que não há nenhuma movimentação do
884Governo Federal para isso e nem debate no Governo Federal para fazer isso. Mas
885ele existe, de fato ele existe e poderia ser feito, desde que fosse só de referência e
886não uma agência reguladora nacional obrigatória.

887

888

889**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) –**
890Muito obrigado pelas respostas bem objetivas e precisas. Alguém tem mais algum
891questionamento a fazer? Se não, então passaríamos à manifestação em relação a
892aprovação por essa Câmara da proposta do Plano, ou o referendo nessa Câmara
893para encaminhamento à Plenária. Alguém quer fazer alguma contribuição, alguma
894manifestação? Eu lembro, do ponto de vista metodológico, que nós já tivemos, no
895passado, um reverendo do Conama para a Política Nacional de Resíduos Sólidos
896e temos também o reverendo do próprio Conselho de Recursos Hídricos ao Plano.
897Há a possibilidade de nós fazermos essa recomendação, que é aprovação, com
898alguma contribuição, com uma ressalva de que deve ser observada alguma
899diretriz, alguma coisa nesse sentido. Então eu tenho já em mãos o que seria mais
900ou menos a recomendação que sairia do Conama, uma minuta, e ela não traz
901recomendações. Ela simplesmente faz considerandos e encaminha ao Conama.
902Encaminha, no caso, já ao Ministério das Cidades a aprovação do Plano. Mas há
903a possibilidade de nós fazermos algumas inserções, discutir aqui essas inserções
904no sentido de diretrizes, de coisas a serem ressaltadas até no próprio conteúdo do
905Plano sem necessariamente propor alteração do Plano, que isso de fato não cabe.

906

907

908**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA) –** Somos favoráveis a que
909seja aprovado o Plano pela Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental e
910Resíduos, que seja introduzidas outras propostas, como nós colocamos, que seja
911também vista a questão da bacia hidrográfica, considerando que as cidades
912recebem quantidade, vamos dizer, metros cúbicos de efluentes não tratados que
913vêm provenientes dos rios formadores de sua bacia e termina sendo a cidade
914receptora de tudo aquilo, onde existe principalmente indústrias químicas,
915principalmente na região do sul e sudeste, termina os rios da bacia sendo os

916maiores poluidores da zona urbana onde a cidade vai ter que enfrentar um
917sistema de esgotamento sanitário e recebe grande descarga. Então tem de ser
918vista a questão das bacias hidrográficas, porque elas são, acima de tudo,
919responsáveis por tudo isso. E que o Ministério da Saúde trabalhe integradamente
920através desse Plano de Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano, e
921que os efluentes residenciais, o que você falou: Teresina e Timon de fato fazem
922parte da grande Teresina, que tem 14 municípios, incluindo Timon, Maranhão, e
923como nós temos conhecimento que Teresina só tem 17% de esgotamento
924sanitário e 83% dos efluentes não tratados são liberados. Daí a razão: 83% das
925águas não tratadas são liberadas diretamente no Rio Parnaíba e no rio Poti, onde
926a população bebe, banha e pesca, e que termina sendo o responsável da maior
927interação hospitalar por conta da poluição e a contaminação das crianças e das
928pessoas que bebem e banham dessa água. Então eu considero esse Plano
929fundamental, importante para que a questão ambiental do país, com os aterros
930sanitários. Em Teresina, no Piauí eles se deparam com um problema, porque a
931companhia de água e esgoto está incapacitada de gerir. A Prefeitura já revê a
932questão da outorga desse sistema para o estado. É a saída que vai acontecer. Eu
933espero, doutor, que seja vista a questão da bacia hidrográfica, porque ela é
934grande responsável pela contaminação das águas que as populações urbanas
935bebem.

936

937

938**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Primeiramente dar
939parabéns aí. Eu tenho acompanhado o Plano pelo Conselho Nacional de
940Recursos Hídricos. Eu sou titular lá no Conselho Nacional de Recursos Hídricos
941representando a indústria. Então eu quero até inclusive sossegar a alma do
942Conselheiro Francisco, porque o Conselho Nacional de Recursos Hídricos
943verificou isso com muito detalhe e está inclusive encaminhando pela aprovação do
944Plano por esse cuidado que o Plano traz em relação à questão das bacias
945hidrográficas como unidade de planejamento e gestão, respeitando inclusive toda
946a prerrogativa institucional da Política Nacional de Recursos Hídricos e
947trabalhando isso bem. Soube também, e eu não fiz essa análise, mas o Wanderley
948me tranquilizou, de que também há uma grande integração com a Política
949Nacional de Resíduos Sólidos e com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.
950Então, portanto, o Plano está aí em esforço hercúleo dessa integração institucional
951que é uma coisa bastante complicada. Eu não sou titular. Eu estou aqui como
952suplente do Wanderley, e se o Wanderley não concordar, eu retiro, mas eu achava
953que nós poderíamos, Márcio, reforçar a Resolução do Conselho, não sei se foi de
954Saúde, de Cidades, pelo arranjo institucional para aquela recomendação. Aquela
955recomendação de um GT Interinstitucional para o acompanhamento, porque eu
956acho que o grande esforço, o maior esforço e o maior avanço que nós vamos ter
957em relação é essa questão interinstitucional. Ela que é o complicador de todo o
958andamento do processo por conta das idiosincrasias do próprio Estado Brasileiro,
959que dá muito poder para uma entidade que não tem dinheiro. Então, quer dizer,
960fica um ente federado com muito dinheiro e sem poder e outro ente federado com
961muito poder e sem dinheiro, a depender do outro ente federado. Quer dizer, esse

962arranjo institucional precisa realmente de uma inteligência para que isso possa
963funcionar. Então eu reforçaria. Eu acho que o Conama pode aprovar, reforçando a
964recomendação do Ministério das Cidades por esse arranjo institucional e
965acompanhamento e acrescentaria também a recomendação para que ele
966realmente pudesse ser atualizado anualmente. Eu acho que isso dá um esforço
967assim de acompanhamento. Sabe como? Não vai precisar de que nós lembremos
968do Plano daqui a 4 anos. Nós podemos lembrar do Plano anualmente se ele for
969atualizado e tiver inclusive uma apresentação formal dessa atualização para os
970conselhos que o revendo referendaram. Apresentar como ele está sendo
971atualizado. Então as pessoas... Seria um meio também dos próprios conselhos
972irem acompanhando o que eles referendaram nesse processo. Obrigada.

973

974

975**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – Se
976eu entendi bem, a atualização seria proposta pelo Ministério das Cidades e
977atualização do cenário atual, não é? Basicamente é isso. Não do Plano.
978Atualização do *background*... Só para deixar claro, porque a Lei prevê atualização
979a cada 4 anos e só para nós esclarecermos que a atualização é. Eu me esqueci
980de comentar aqui, mas está no *site* do Conama. Houve uma manifestação formal
981do Ministério do Meio Ambiente em relação a essa compatibilidade do Plano de
982Saneamento em relação ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Então essa
983questão está inclusive documentada em uma Nota Técnica. Está disponível no
984*site*. O Ministério do Meio Ambiente entendeu que há plena compatibilidade entre
985os dois planos e, portanto, também recomenda a aprovação. Alguém mais quer
986fazer alguma sugestão? Eu acredito... Eu, particularmente, acho que essas duas
987recomendações da Dra. Patrícia são claramente...

988

989

990**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu queria colocar que eu
991citei o Ministério da Saúde, que dentro do monitoramento do acompanhamento da
992qualidade da água, que seja credenciada uma rede de laboratório no país de
993referência para acompanhar, porque é muito precário o monitoramento das
994cidades, dos estados em relação à qualidade da água que a população bebe, não
995só pelas companhias de água e esgoto, como a água que a população tem acesso
996direto nos rios.

997

998

999**A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** - O Dr. Francisco está
1000preocupado com uma coisa, mas isso já vem acontecendo. O Ministério da Saúde
1001não só participou da elaboração desse Plano, como vem acompanhando todo
1002esse processo, e como o senhor disse: faz parte da competência do Ministério
1003manter a qualidade da água de consumo humano. Já existe um programa dentro
1004do Ministério, dentro das nossas metas. E com relação ao laboratório, isso não
1005compete ao Ministério fornecer esse laboratório, apesar de que o Programa tem
1006fornecido aos municípios alguns kits para poder fazer, principalmente coliforme
1007total, que é da obrigatoriedade... Faz parte inclusive das nossas metas do PAT e

1008do PAC também. Mas isso está sendo cumprido e tem acompanhado. E quando o
1009Conselho Nacional de Saúde aprovou esse Plano também agora no mês de maio,
1010ele fez algumas recomendações, se não me falha a memória, mas com toda a
1011certeza de que deveria ser aprovado o Plano do jeito que ele está sendo colocado.
1012Mas o Ministério da Saúde vem acompanhando isso porque é da competência
1013dele.

1014

1015

1016**O SR. ERNANI MIRANDA (Ministério das Cidades)** – Sr. Francisco, só para
1017tranquilizar também um pouco, tem outras passagens do Plano, mas nós pegamos
1018essas assim agora e colocamos aí. Uma estratégia que o Plano determina... Isso é
1019uma determinação do Plano: priorizar a dotação de recursos específicos para
1020serviços de saneamento básico em bacias hidrográficas críticas e com problemas
1021de poluição de mananciais superficiais e subterrâneos. Preocupação com a
1022questão da contaminação e com a questão das bacias hidrográficas. Em relação à
1023qualidade da água: promover estudos sobre modelos para garantir do consumo
1024mínimo de água, para atendimento essencial à saúde pública em ações
1025correspondentes de vigilância da qualidade da água para consumo humano.
1026Priorizar ações para garantir o atendimento à legislação de qualidade da água
1027para consumo humano, incluindo aquela referente à exigência de informações ao
1028consumidor e fomentando a melhoria do controle e da vigilância. Quer dizer, nós
1029temos como, trabalhando com saúde, promover a melhoria e fomentar isso aí. Isso
1030está no Plano, está nas estratégias e diretrizes do Plano.

1031

1032

1033**A SR^a. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** - Completando, o
1034controle faz tudo muito bem feito. Nós estamos com problema é na vigilância
1035mesmo. Assumo aqui a carência da atuação dentro das vigilâncias municipais.

1036

1037

1038**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – Eu
1039submeto então à apreciação dos senhores a proposta de que nós aprovemos com
1040a recomendação da Dra. Patrícia daqueles dois reforços à iniciativa do Ministério
1041das Cidades. Nós precisaríamos redigir isso, mas eu acredito que isso nós
1042podemos deixar para uma etapa posterior. Mas fazer uma recomendação então no
1043sentido de reforçar a iniciativa do Ministério das Cidades tanto na questão do GT
1044de acompanhamento interinstitucional, quanto na questão da atualização do
1045cenário atual, ou seja, dos dados de *background* do Plano. Eu pergunto se há
1046alguém contrário a isso. Se não, nós consideramos aprovado com as
1047recomendações da Dra. Patrícia, que na condição de suplente aqui, roubou... Ok?
1048Então está aprovado. Nós vamos fazer essa inclusão dessa recomendação, até se
1049o senhor puder nos ajudar no sentido de alinhar com aquilo que já está no
1050Ministério das Cidades. Nós fazemos a redação e incorporamos isso ao final do
1051texto que será submetido ao Conselho, à Plenária do Conama. Agradeço mais
1052uma vez a presença do Dr. Ernani e a objetividade na explanação, que muito nos
1053ajudou em deliberar rapidamente sobre essa questão.

1054

1055PRISCILA

1056

1057**O SR. ERNANI MIRANDA (Ministério das Cidades)** – Só agradecer aos
1058senhores e senhoras pela atenção, pela disposição do debate para discussão do
1059assunto, agradecer também pela aprovação, e dizer que nós do Ministério das
1060Cidades que estamos trabalhando nesse plano, o secretário de saneamento, o
1061Ministro também está envolvido nessa fase atual do plano, e em todos os
1062momentos da discussão nós temos reforçando a ideia de fato, de um trabalho
1063articulado do ponto de vista institucional, mais do que no nível federal, avançando
1064de fato para os outros entes nacionais e tudo mais. Então, essa recomendação
1065que a Patrícia pede para reforçar, nós apoiamos integralmente, e achamos que é
1066muito importante isso, e a questão da atualização, nós já vemos trabalhando essa
1067ideia e reforçando muito isso daí e questão da bacia hidrográfica eu já respondi. É
1068agradecer mais uma vez, e dizer que continuamos à disposição para qualquer
1069debate dessa natureza. Muito obrigado.

1070

1071

1072**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** –
1073Então, enquanto nós podemos até ao final da reunião, ler como ficará essa
1074recomendação à Plenária, mas nós temos alguns pontos de pauta e algumas
1075questões que temos que equacionar aqui. A primeira delas. Eu tenho um
1076compromisso às 14h30min da tarde, que é uma reunião que eu terei que participar
1077representando o Ministério do Meio Ambiente em uma reunião preparatória do
1078Conselho Nacional de Recursos Hídricos no qual eu sou membro suplente. E o
1079titular do Ibama não vai poder estar presente nessa reunião. Nós temos um
1080problema aqui institucional, que é com a vinda do Marcelo, nós ficamos sem a
1081vice-presidência porque a vice-presidência é uma indicação pessoal, com a
1082ausência do Dr. Bocuhy na reunião, nós teríamos que deliberar por um novo vice-
1083presidente, eu não acho conveniente que façamos isso nessa reunião, porque não
1084houve uma preparação para isso, eu acho conveniente que façamos uma reunião
1085formal da nova vice-presidência na próxima reunião da Câmara Técnica para dá
1086tempo da gente articular e pensar, enfim trabalhar no sentido de uma candidatura
1087para essa vice-presidência da Câmara. O regimento prevê que na ausência do
1088Presidente e do Vice nós elegermos um presidente provisório da reunião para
1089acompanhar até o final, mas também acho que é interessante nós também antes
1090de promover essa possível eleição, pensar um pouco no nosso horário, programar
1091o horário para verificarmos também que pauta ficaria ao encargo dessa condução
1092da reunião final. Eu também não me importo de atrasar um pouquinho minha
1093chegada na reunião preparatória, se isso for conveniente para nós conseguirmos
1094vencermos a pauta. Então uma alternativa, esticar um pouco mais, são onze e
1095meia, nós temos dois temas ainda para tocar, só estou alertando para isso, mas
1096eu dou preferência pretendo tocar a pauta e deliberar sobre isso quando chegar
1097perto de meio-dia. Então eu vou propor aqui nós temos um primeiro ponto de
1098pauta, 3.2 que é a proposta de revisão da resolução 432 onde a nossa
1099incumbência nesse caso e a criação do grupo de trabalho e a eleição de um

1100coordenador, vice-coordenador e relator do GT. Então, eu pediria que as
1101candidaturas se apresentassem nesse sentido, se há o sentido de exercer essas
1102funções de coordenação, de vice-coordenação e de relatoria. Eu já como
1103representante do Ibama, eu declino da condição de coordenador e acho que
1104podemos exercer uma função, se houver essa necessidade como vice-
1105coordenador, ou como relator do GT, mas eu acharia interessante que a
1106coordenação ficasse com que nós desfocássemos um pouco do papel do Estado
1107nisso, e aí restaria a coordenação ou pelo próprio proponente ou a relatoria do
1108proponente, ou para as entidades ou CNT, que têm relação com essa matéria.
1109Então, eu consulto as possíveis candidaturas nesse sentido.

1110

1111

1112**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Pelo proponente, pela
1113relatoria.

1114

1115

1116**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** –
1117CNT e CNI aceita o desafio de coordenar esse Grupo de Trabalho? O
1118coordenador deve ser conselheiro.

1119

1120

1121**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – É essa a dificuldade que nós
1122temos, eu tenho dificuldade pessoal de está assumindo uma coordenação de um
1123grupo, se fosse possível indicar alguém, nós poderíamos fazer sem nenhuma
1124dificuldade. Então, a questão de Fundo que a CNI como é parte interessada direta
1125no processo, nós sempre que possível não coordenarmos grupo, uma questão de
1126princípio nosso já há algum tempo nós fazermos isso. Então, nesse caso se a
1127CNT, quiser coordenar.

1128

1129

1130**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu vou aproveitar até
1131para dizer o seguinte, eu acho que o Proconve e PROMOT têm todos os méritos
1132possíveis enquanto programas, mas eu sempre reclamo que nós temos que
1133avançar agora, parar de olhar para o motor e para as peças e olhar para um
1134programa de operação, inclusive a CNT fez um seminário no dia 05 e 06 de
1135eficiência energética muito bom, excelente, veio gente do mundo inteiro, nós
1136lamentamos a ausência 100% do Governo, ninguém apareceu, nem do Ibama e
1137nem do Ministério do Transporte, ninguém apareceu, nomes insistentemente,
1138inclusive a Adriana ela cedeu até o site do Conama para que pudéssemos
1139chamar. Inclusive, lá, Márcio, o que ficou provado é que como é que tem redução
1140de emissão com operação. Muito maior do que com o motor em tecnologia,
1141comprovado, medido, nos Estados Unidos que gostam de medir as coisas por
1142exemplo. Então tem programas belíssimos inclusive que nós estamos querendo
1143até ver se conseguimos desenvolver, lá é desenvolvido pela EPA, às vezes nós
1144conseguimos desenvolver aqui com o Ibama, então vamos ver se conseguimos
1145evoluir isso para fazer. Então, com esse discurso todo, eu quero dizer que cabe a

1146CNT a questão da operação, eu não faço motor, eu uso o motor que a CNI faz.
1147Pode até ser que a CNT possa coordenar, mas nós ainda temos que avaliar a
1148capacidade nossa, porque eu não moro aqui, envolve uma coordenação com
1149deslocamento, eu não quero que fique sem coordenação, mas eu acho estranho
1150que seja a CNT.

1151

1152

1153**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Pelo contrário eu acho que
1154qualquer ator aqui presente pode coordenar isso, sem duvida nenhuma. Até a CNI
1155pode coordenar isso.

1156

1157

1158**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – Ok,
1159Wanderley, eu vou resolver o problema, eu assumo a coordenação, contra gosto e
1160contra a orientação minha mesmo, mas também não vamos perder muito tempo
1161com essa questão, restaria a CETESB nessa questão, mais a CETESB já assumiu
1162várias coordenações com desgaste grande também.

1163

1164

1165**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1166**Paulo)** – Inclusive eu já vi com orientação de não pegar coordenação, no máximo
1167uma relatoria.

1168

1169

1170**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – Eu
1171também vim com essa orientação, orientação do meu travesseiro particular que no
1172sentido não pegar mais nenhuma coordenação. Mais também não vamos aqui, a
1173vice-coordenação poderia ficar com o Aldo, aceita, ou não sei se a CNI, aceita a
1174coordenação.

1175

1176

1177**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – A CNI aceita, porque nesse
1178caso eu posso indicar o pessoal ligado à indústria para que o fabricante esteja
1179presente, sem nenhuma dificuldade.

1180

1181

1182**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** –
1183Como membro do grupo, com certeza, a questão é da conveniência de você
1184assumir a coordenação, talvez seja melhor nós mantermos a chapa branca, não
1185sei.

1186

1187

1188**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – A minha opinião máxima
1189sempre foi essa, coordenação de grupo de trabalho fica melhor ser feita pelo
1190Governo, mas nem sempre.

1191

1192

1193 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – Eu
1194 sempre acho que é um ônus a mais de ser Governo.

1195

1196

1197 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Mas, nós podemos sim na
1198 questão da subcoordenação indicando, a CNI pode assumir.

1199

1200

1201 **O SR. ALDO CARVALHO DA SILVA (Governo do Estado da Bahia)** – Pode
1202 confirmar a subcoordenação para Bahia. Sim.

1203

1204

1205 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – Ok.
1206 Então, ficamos assim. Então, definida a coordenação com o Ibama, a vice-
1207 coordenação com o Estado da Bahia, e a relatório com o Proam, ok? Então,
1208 vencido esse ponto também, vamos ao terceiro ponto, que depois naturalmente o
1209 coordenador do Grupo de Trabalho, em contado com o Conama marca uma
1210 primeira reunião, o Grupo de Trabalho, lembrando é sempre aberto à participação,
1211 não há necessidade de formalizar essa representação, a não ser naturalmente,
1212 que o caso da questão formal de deslocamento dos membros do Grupo de
1213 Trabalho.

1214

1215

1216 **O SR. JOÃO HENRIQUE (DConama)** - A indicação seria o exemplo, o Aldo
1217 Carvalho seria o vice-coordenador, o Márcio Freitas o coordenador, e o Marcelo
1218 como relator.

1219

1220

1221 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – Até
1222 se eu pudesse não ser nominal, seria, mas eu não posso.

1223

1224

1225 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1226 **Paulo)** – A partir de agora já está instituído o GT, quem quiser participar como vai
1227 ficar sabendo quando começa?

1228

1229

1230 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** –
1231 Isso que eu estava comentando, nós vamos combinar um calendário de reuniões,
1232 uma primeira reunião, nessa primeira reunião nós estabelecemos um calendário,
1233 mas ainda temos que ver questão de agenda, eu acho que não vai ser muito
1234 simples nesse período, mas a idéia é que já marquemos uma primeira reunião, e
1235 como eu salientei, aí o Conama divulga, o DConama divulga isso na página, e os
1236 interessados aderem a adesão. Ok? Então, o item 3.3 apreciação do relatório de
1237 acompanhamento e avaliação do Proconve, está aqui conosco o doutor mais do

1238que conhecido e frequentador, Rudolf, faça uso da palavra e posteriormente
1239agente nós colocamos em discussão.

1240

1241

1242O SR. RUDOLF DE NORONHA (CAP/MMA) – Bom dia, obrigado. Bom, nós
1243temos uma determinação da Resolução 414 que reformulou a Comissão de
1244acompanhamento do Proconve esse envio ao Conama anualmente do relatório
1245feito pela Comissão e o que nós procedemos agora. Esse ano de 2012, o relatório
1246é do ano passado, foi um ano particularmente importante para o Proconve, na
1247verdade nós podemos imaginar que todo o esforço de reformulação da própria
1248Comissão, foi um esforço que aguardava a chegada desse ano, porque tudo isso
1249se deu naquele contexto da crise da fase P-6, que não foi implementada de fato, e
1250na reformulação do programa conseguiu a fase P-7, se reformulou a Comissão e a
1251implantação da fase P-7 se deu ano passado na verdade foi um grande motivador
1252e a grande expectativa que nós tínhamos. Então, ao longo do ano a Comissão se
1253reuniu em duas reuniões ordinárias e uma extraordinária, sempre tendo como foco
1254acompanhamento da implementação do programa, como é de praxe, as
1255instituições normatizadas se apresentaram com todas as suas providências,
1256basicamente o Ibama e a ANP por um lado, e as entidades executoras do
1257Proconve, por outro lado, vinham detalhando as medidas necessárias, estou
1258falando da Anfavea e da Petrobrás que sempre veio representando o setor de
1259combustível. E infelizmente o que deu foi uma implementação muito bem
1260planejada dessa fase P-7, houve uma transição dos motores nos primeiros três
1261meses, já a partir de abril se vendia exclusivamente no País os novos motores P-
12627, a questão dos combustíveis a distribuição do S-50 havia começado em
1263dezembro de 2011, então quando entramos em 2012 já havia combustível a
1264disposição em todo país. Esse acompanhamento da venda também foi feita passo
1265a passo: a distribuição, da produção e da venda de combustíveis pela equipe do
1266Ministério de Minas e Energia, que tem única sala de situação montada com todos
1267os atores do setor de combustíveis convocados para os depoimentos das suas
1268atividades, tanto na produção como comercialização e da distribuição. A Agência
1269Nacional de Petróleo também ao longo do ano teve dois GTs em funcionamento,
1270um voltado para questão da qualidade e outro voltado para a questão da
1271distribuição, GTs esses que se reuniram acho que mensalmente com a presença
1272de todos os agentes por que ao mesmo tempo em que se executava o início da
1273fase P7 com a distribuição do S-50, já se planejava o S-10 que também começou
1274a ser distribuído em dezembro do ano passado, e tem sido também uma
1275introdução muito bem feita, muito exitosa em todo o território, ao longo do ano nós
1276não tivemos nenhum tipo de problema detectado, em relação a tanto a venda de
1277veículos quanto a venda de combustíveis, nós estamos hoje já com um ano e
1278meio de P7 na rua com muito sucesso, o S-10 amplamente distribuído, Arla 32
1279que é o aditivo necessário para o funcionamento dos motores, mas enfim, ele é
1280necessário para o cumprimento dos limites de emissão do Conama, havia uma
1281certa apreensão quanto à distribuição desse produto, já que era um produto novo,
1282não houve nenhum problema na distribuição do Arla 32, então realmente foi um
1283ano de muita satisfação no acompanhamento do programa. Paralelo a isso a
1284implementação da fase P-7, nós seguimos lá o acompanhamento do que vem pela
1285frente, que são as fases M-4 e L-6, tanto para motos como para veículos leves
1286que também começam no ano que vem, a questão da nova gasolina que começa
1287a também ser distribuída que vai coincidir com as fases L-6 e M-4 que é uma

1288gasolina com 50 ppm de enxofre, uma gasolina 100% aditivada que também vai
1289ser revolucionaria como foi a entrada Diesel S-10 no nosso mercado brasileiro, a
1290fase M-4 que tem um pouco a ver com a discussão anterior, que começa em 2014,
1291eu acho que não as vezes não há um dimensionamento correto do esforço que o
1292Ibama e o CETESB tem previamente ao início de uma fase, na homologação dos
1293veículos, que isso é um esforço gigantesco, e que começa previamente, não a toa
1294que desenhamos as fases do Proconve e do PROMOT com três anos de
1295antecedência, porque além de todo o esforço privado nos combustíveis e nos
1296desenhos dos novos motores, tem o esforço público na homologação, que
1297também é algo que tem que ser equacionado, por isso que na última reunião, nós
1298fomos contrários a essa revisão que se propôs no M-4 naquela época a oito
1299meses da fase começar, agora já estamos há 6 meses, tendo em vista de que
1300você tem que ter medidas com credibilidade de técnica jurídica para que haja a
1301boa implementação das fases. Então, foi isso, o relatório vocês vão encontrar, na
1302página do Conama, na página do próprio Ministério já deve está entrando hoje
1303também, ele traz o calendário das reuniões, como as reuniões se deram, estão ali
1304as apresentações feitas por todos esses agentes, ANP, Petrobrás e Anfavea, as
1305apresentações já estão no nosso site, vocês entram na área de qualidade do ar,
1306tem uma área especifica da CAP, onde tem toda a documentação das reuniões já
1307realizadas. Nós estamos trabalhando agora num método de avaliação do
1308programa, através de alguns indicadores, nós já definimos que um vai ser em
1309função das emissões dos quadros poluentes regulados, frutos dos inventários que
1310nós estamos produzido, um outro vai ser em função da qualidade dos
1311combustíveis que a ANP está preparando, e um terceiro indicador que visa a
1312questão da transparência das informações que vai ser baseado no programa Nota
1313Verde do Ibama que hoje já contempla quase 100% dos veículos leves a venda no
1314Brasil. Nós vamos na próxima reunião estruturar melhor esse três indicadores, que
1315tenhamos medidas mais objetivas de acompanhamento.

1316

1317

1318**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – Eu
1319agradeço ao Dr. Rudolf pela apresentação, então nós teríamos que apreciar agora
1320o relatório, submeto a algum questionamento que haja à apresentação do Dr.
1321Rudolf. Nós aprovamos aqui ou é o Plenário que aprova?

1322

1323

1324**O SR. RUDOLF DE NORONHA (CAP/MMA)** – Não tem aprovação, segundo a
1325Resolução, nós temos que apresentar ao Conselho o relatório.

1326

1327

1328**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** –
1329Mais... Passando pela Câmara vai ao Conselho.

1330

1331

1332 **O SR. RUDOLF DE NORONHA (CAP/MMA)** – Eu faço essa apresentação
1333 geralmente o Secretário pede que eu faça uma apresentação em Plenário simples
1334 também, objetiva, é como mais informe. Porque não há aprovação.

1335

1336

1337 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu só queria mais uma
1338 vez Rudolf, reforçar aí uma parceria com o programa despoluindo a CNT,
1339 principalmente quando seu quer aferir métodos de avaliação do programa por
1340 parte da emissão, nós estamos cada vez aumentando mais a questão da
1341 verificação voluntária, inclusive agora em agosto nós vamos colocar mais cem
1342 novos carros com (...) e outros equipamentos de medição de emissão, para poder
1343 equipar mais ainda o território nacional, nessa questão, e nós temos bons
1344 resultados, bons dados, como é um programa voluntário, é do próprio setor, as
1345 pessoas vão efetivamente, vão voluntariamente para ser inspecionadas. E aí seria
1346 um desperdício não aproveitar esses dados que estão aí principalmente para
1347 carros, veículos pesados, que são os ônibus e os caminhões, que é o programa
1348 Despoluir atende especificamente.

1349

1350

1351 **O SR. RUDOLF DE NORONHA (CAP/MMA)** – De uma certa forma, eu ia dizer
1352 indiretamente, mas nem é indiretamente é diretamente porque como a CNT
1353 participa ativamente do nosso GT de inventários, e nós utilizamos muitos dados
1354 da CNT no método do inventário. Então, no final das contas como serão os dados
1355 do inventário usados na avaliação do programa, então eu acho que diretamente
1356 nós usamos dados da CNT na formação dos indicadores de qualidade.

1357

1358

1359 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Rudolf só tirar uma dúvida, você falou da
1360 gasolina aditivada que vai ser lançada? Vai ser lançada quando? Você tem assim
1361 mais ou menos.

1362

1363

1364 **O SR. RUDOLF DE NORONHA (CAP/MMA)** – No ano que vem, uma nova
1365 gasolina, nós no ano que vem já começamos a fase M-4 para novos modelos que
1366 é o que nós aprovamos na Plenária inclusive tinha um pequeno erro que deu
1367 margem essa discussão que criou esse GT, mas enfim, e fora a fase L-6, que
1368 também começa para novos modelos. Então, a nossa gasolina hoje nós avaliamos
1369 como uma das melhores do mundo, hoje não, no ano que vem, nós avaliamos
1370 como uma das melhores do mundo, porque já é uma gasolina muitos anos livres
1371 de chumbo em função das nossas necessidades típicas no Brasil do carro flex e
1372 tal, agente tem uma proporção importantíssima de álcool para questão de gás de
1373 efeito estufa é muito importante, e ela agora, ainda ter essa baixíssima teor de
1374 enxofre ela vai ser 100% aditivada, somando isso, hoje as motos tem uma
1375 preocupação grande. A gasolina comum vai ser aditivada, obviamente eles que
1376 eles vão criar outros, está havendo uma resistência da forma de se contar essa
1377 história porque comercialmente há necessidade ali de outras, enfim o mercado (...)

1378que há hoje no que chamamos de aditivada de hoje será universalizado ao
1379contrário do Diesel que é voltado especificamente para os veículos P-7 a nova
1380gasolina vai ser universal, vai ser a única gasolina a venda vai ser essa mesmo,
1381com 50 ppm de enxofre e aditivada. Então, isso vai se cruzar com as novas fases
1382que estão entrando, essa fase M-4 e L-06, essa fase M-4 como já foi dito na última
1383reunião, é a fase no mundo inteiro, com maior restrição de emissões, não tem fase
1384japonesa, nem alemã e nem da Califórnia que seja mais restrita que a nossa, e
1385essa nova gasolina vem cruzar isso, enfim são medidas que temos que tomar
1386mesmo para enfrentar a questão da qualidade do ar que é cada vez mais grave.

1387

1388

1389**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – Ok,
1390mais algum comentário? Se não damos por concluída, eu agradeço ao Dr. Rudolf
1391pela apresentação. Entraremos agora já na questão dos informes, e nesse ritmo
1392provavelmente, aquele problema que eu levantei nós não vamos precisar
1393enfrentar. Nós temos 4 informes já pautados, o primeiro deles é em relação ao GT,
1394que vem trabalhando na proposta de resolução que dispõe sobre controle de
1395utilização de produtos ou processos para recuperação de ambientes hídricos, e a
1396coordenação como eu já comentei é minha, com relatoria da Ana, a sub
1397coordenação do Dr. Aldo. Então, eu vou fazer brevemente um relato ao contrário
1398do das ultimas vezes que nós nos reunimos na Câmara Técnica de Qualidade,
1399nós sempre nos reunimos, subsequentemente à realização do GT, dessa vez
1400inverteu, eu praticamente não tenho nenhum relato por que o relato dado na última
1401reunião, como diria macaco Simão, hoje só amanhã. A verdade é que o Grupo de
1402Trabalho vai partir para sua quinta reunião, nós tivemos o relato da quarta reunião
1403disponibilizado no site, que foi o que eu já tinha apresentado aqui na última
1404reunião da Câmara Técnica, o Grupo de Trabalho está andando bem, tem
1405surgindo questões no sentido de discutir melhor, ele tem uma implicação grande
1406sobre a Resolução de remediador e, portanto aí vai haver uma interface, eu diria
1407que quase necessariamente, vai remeter a necessidade de revisão da Resolução
1408de remediação que está hoje sobre o processo, foi remetido pelo DConama para
1409apreciação do Ibama e provavelmente vai retornar do Ibama com essa
1410recomendação, porque nós precisamos distinguir a questão da remediação de
1411áreas contaminadas, principalmente por causa da questão de água subterrâneas e
1412a Resolução, essa que nós vemos trabalhando em recuperação de ambiente
1413hídricos deve também tratar de maneira distinta água superficial e água
1414subterrânea nesses dois aspectos, isso porque quando nós falamos em
1415remediação, quando nós falamos em produtos e processos para recuperação de
1416ambientes hídricos superficial, nós praticamente estamos falando de espécie
1417invasora de uma série de coisa nesse sentido, quando falamos em água
1418subterrânea estamos falando em solo contaminado. Então, tem essas duas
1419nuances que é objeto hoje de discussão, ainda está num caráter bem preliminar
1420dentro do Grupo de Trabalho, mais damos por mais ou menos líquido e certo que
1421isso vai desaguar na questão de remediação também. E nesse sentido a CETESB
1422tem contribuído bastante, porque tem resoluções da CETESB nessa questão de
1423regulamentar uso de remediação em áreas contaminadas abrangendo a questão

1424de águas subterrâneas. Então, basicamente é isso. A não ser se alguém tem
1425alguma consideração a fazer.

1426

1427

1428**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Apenas você tem algum de
1429conclusão desse trabalho, Márcio?

1430

1431

1432**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** –

1433Não, não tem. Apesar de nós estarmos na quarta reunião, eu imagino assim, que
1434ainda tem muita polêmica, a polêmica ainda não chegou no Grupo de Trabalho, eu
1435acho que a polêmica tem que chegar no Grupo de Trabalho tem que ser melhor
1436digerida por enquanto ela está paralela, a sociedade limnologia, o próprio Proam,
1437fizeram uma série de considerações, mas não participam do Grupo de Trabalho, a
1438sociedade limnologia, na verdade se manifestou através do representante do
1439IBRAN, e nós esperamos que essas considerações venham para dentro do Grupo
1440de Trabalho, para que possamos absorver discutir, e incorporar, enfim as dúvidas
1441e as discussões que estão vindo, nós esperamos que isso aconteça
1442gradativamente, a medida que o grupo avança em delimitação dessas questões
1443de abrangência da Resolução. Bom, é isso. Em termos de relato curto aqui e eu
1444vou aproveitar a presença de Dra. Zilda que acabou de entrar e solicitar a ela que
1445faça o relato da proposta de Resolução que trata dos PCBs e seus resíduos.

1446

1447

1448A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (SRHU/MMA) – Bom dia a todos e a
1449todas. Quem coordena esse grupo é o Dr. Ariel Pares, que é Diretor de Secretaria
1450Executiva, ele até está sendo deslocado para SAIC, mas ele vai concluir os
1451nossos trabalhos aqui. Na nossa última reunião do Grupo de Trabalho, que salvo
1452melhor juízo, eu acho que já tem mais de um mês e pouco, foi levantado pelo
1453setor elétrico, que eles tiveram uma realização de um fórum do setor elétrico,
1454sustentabilidade do setor elétrico, esse fórum levantou alguns problemas de
1455cumprimento da Resolução nos moldes que ela estava sendo fechada no Grupo
1456de Trabalho, e mais do que isso, eles você levantaram algumas dificuldades em
1457relação aos cumprimentos da Convenção de Estocolmo, então são duas coisas
1458em paralelo, a Convenção Estocolmo o Brasil já ratificou, provavelmente eu não
1459tenho como mudar o prazo, muito menos por Resolução, isso é um Decreto que
1460ratifica uma convenção internacional desde a promulgação da nova Constituição,
1461é um Decreto, antigamente era um Decreto Legislativo, hoje é um Decreto puro e
1462simples, o texto foi acordado, eu acredito o que setor elétrico tenha sido, o
1463Ministério das Minas e Energia tenha sido ouvido na época da ratificação, porque
1464é um assunto que é afeto a eles, então eu não tenho como mudar isso hoje. Mas,
1465de qualquer sorte nós recebemos isso pela SECEX, finalizamos uma Nota Técnica
1466com as propostas que estavam fazendo, e nós tivemos a oportunidade, eu e o
1467Secretário conversamos com a Chefe de Gabinete da Ministra, e ela nos orientou
1468que conversássemos com o chefe de Gabinete, com Secretário Executivo do
1469Ministério das Minas e Energia, essa conversa não houve ainda, a nossa
1470expectativa é que ela ocorra nos próximo 10 dias, mas o Secretário, nós
1471estávamos aí com uma semana de meio ambiente, um monte de coisa
1472conturbada, eu não marquei ainda a data, mas eu tenho a expectativa, de quando
1473o Robson do Conama me ligou há uma semana, eu tinha expectativa de
1474conseguirmos marcar a próxima reunião do grupo até o final desse mês, eu não
1475vou conseguir, a data provavelmente será em julho, mas é esse o andamento,
1476Márcio, eles fizeram uma série, inclusive existe talvez a possibilidade de se criar
1477um programa específico para isso, não sei, eles fazem uma série, algumas coisas
1478nós concordamos, a questão dos prazos é que muito complicada, eu não tem
1479como mudar o Brasil já aderiu a convenção, os prazos estão lá, eu não participei
1480diretamente do processo de consultas, e eu acho que também nem sabe consultar
1481o Itamaraty, mas 99% de certeza que o Itamaraty consultou todas as áreas afetas,
1482inclusive o Ministério das Minas e Energia. Então, assim o setor elétrico não pode
1483agora dizer “ah não, mas aquele prazo eu não vou dar conta de cumprir”. Isso
1484tinha que ter sido respondido há oito anos, não agora o que prazo já está
1485correndo, e nós estamos fazendo a Resolução só para detalhar os procedimentos,
1486criar critérios da avaliação das amostras e análises, como é que isso está sendo
1487feito, a Resolução traz algumas coisas bem pontuais, como por exemplo o
1488equipamento que não foi analisado e se tem indícios de que ele contenha PCB,
1489ele deve ser minimamente gerenciado como um resíduo possivelmente vai ter
1490PCB, eu não tenho laudo, eu não amostra, isso é no sentido de ficar numa lista de
1491espera, esperando para fazer um teste laboratorial, o setor elétrico, por exemplo,
1492quer que nós dizemos totalmente o contrário, que aquilo que não tem teste é para
1493ser considerado não PCB, e nós sabemos que o histórico de uso desse de elétrico

1494foi alargamento utilizado por todo o setor. Então, isso é um contra senso do ponto
1495de vista ambiental, nós não podemos concordar com isso, tem algumas coisas
1496que não dá para concordar, mas o Gabinete da Ministra nos orientou que isso
1497fosse discutido primeiro em um plano político, e eu acredito que nós
1498conseguiremos resolver essas arestas, e quem sabe até de acordo com a
1499sugestão do Ariel, criar um programa que promova aí um financiamento específico
1500para que, não deve ser só do Ministério, deve ter um aporte do Ministério de Minas
1501e Energia, isso é negociação. Mais eu não tenho ainda data, eu estou correndo
1502atrás, é nosso interesse, interesse do Ministério do Meio Ambiente, mas eu acho
1503que não adiantava nós convocarmos a reunião sem antes ter essa sinalização
1504para não ficarmos em conflito numa reunião em um Grupo de Trabalho.

1505

1506

1507**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) –**
1508Alguém quer fazer alguma consideração? Próximo relato. Não sei se aproveito a
1509presença da Zilda, porque o próximo seria do Wanderley.

1510

1511

1512**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) –** Eu posso fazer, sem problema
1513nenhum. Em relação à questão das tintas, a princípio, nós estaríamos trazendo
1514para a ordem do dia, uma proposta de revisão da 307, quanto à classificação de
1515embalagens de tintas, bom a questão toda que foi solicitado mais informações,
1516tanto do Ministério do Meio Ambiente, quanto do Ibama, e nós contratamos a
1517análise, e elas não ficaram prontas a tempo, tempo que eu digo assim, cheguem
1518e ser analisadas com calma, poder ser emitido parecer, e se tem alguma dúvida,
1519nós poderemos retirar ou não. As informações ficaram prontas, as análises ficaram
1520prontas, nós ainda não remetemos as informações ao Ministério do Meio Ambiente
1521e ao Ibama, e devemos fazer o quanto antes, possivelmente na próxima semana,
1522e aguardarmos dentro do prazo adequado, ver se tem mais alguma dúvida, não
1523tendo mais dúvidas, nós traremos para cá, só vem para Câmara Técnica se não
1524parar mais dúvidas sobre essa questão, é apenas informando que houve um *gap*
1525de tempo, um prejuízo, mas nós achamos que é necessário.

1526

1527

1528**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) –**
1529Essa Resolução chegou a vir aqui, veio com o parecer contrário do Ministério e do
1530Ibama, por conta dessa questão, a CNI ficou de encaminhar essas novas análises
1531para clarear as dúvidas que tinham sido levantadas e retornaria à Câmara Técnica
1532para daí sim nós criamos um Grupo de Trabalho, ou já aprovar a Resolução.

1533

1534

1535**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) –** A ideia é mais simples, nesse
1536caso, tendo o aceite por parte do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente que
1537sim, já submetemos à Câmara para avaliação.

1538

1539

1540 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (SRHU/MMA)** – Márcio, aí seria uma
1541 alteração muito pequena, hoje essas embalagens, contaminadas por tinta são
1542 classificadas como resíduos perigosos têm que ser tratadas e dispostas. Não. Foi
1543 feito o pedido durante a revisão Roberto, durante esse pedido nós dizemos que
1544 não tínhamos base técnica suficiente sem necessitar os laudos, conversamos com
1545 a Abraft acertamos um termo de referência, eles contrataram um estudo, nós
1546 sentamos de novo quando esse estudo ficou pronto, e víamos que esse estudo
1547 não estava muito claro com relação a alguns pontos de cores, por exemplo, que
1548 contemplasse cores, ou contemplasse o tipo de maquina que foram buscadas no
1549 mercado para fazer os laudos, nós julgamos que não eram. Foi nesse sentido.

1550

1551

1552 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** –
1553 Representatividade da amostra.

1554

1555

1556 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (SRHU/MMA)** – A última mudança foi de
1557 adequação a política nacional de resíduos sólidos. Essa mudança agora vai ser
1558 puro e simplesmente uma mudança de classificação, ela implica na mudança de
1559 um artigo ou talvez dois, uma coisa muito pontual.

1560

1561

1562 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – O
1563 próximo processo é a revisão da Resolução Conama de 05/93 que dispõe sobre
1564 gerenciamento de resíduos sólidos gerados dos portos, aeroportos, terminais
1565 ferroviários e rodoviários, vocês estão lembrando isso veio a Câmara Técnica, nós
1566 aprovamos foi à Câmara Jurídica, a Câmara Jurídica questionou o texto da
1567 Resolução, no sentido de que ela não trazia nenhuma inovação em relação a
1568 procedimento, e retornou à Câmara Técnica de Qualidade com essa
1569 recomendação. Zilda se puder fazer o relato.

1570

1571

1572 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (SRHU/MMA)** – Eu até relatei na última
1573 reunião que aconteceu algo no meio do caminho que foi GT-4 no âmbito
1574 interministerial das políticas de resíduos sólidos, o que GT-4 que foi coordenado
1575 pelo Ministério DA Saúde e por nós e teve um trabalho específico, elaborado pela
1576 CNI, sobre termo de referência para o plano de gerenciamento de resíduos, eu até
1577 já conversei, tive a oportunidade de fora daqui conversar com o Wanderley sobre
1578 isso, na realidade, esse termo de referência não é um, são dois assuntos
1579 diferentes, e que nós avaliamos Márcio, nós fizemos uma avaliação mais apurada,
1580 a minha área técnica e eu conversei com a CNI, conversei com o Ministério da
1581 Saúde, coloquei isso na reunião do comitê interministerial na semana passada,
1582 que foram apresentados dois termos de referência, um que foi o produto oficial,
1583 que é o termo de referência para o plano de gerenciamento de resíduos sólidos,
1584 ou seja, ele é um subsidio ou licenciamento ambiental sobre a ótica da Política
1585 Nacional de Resíduos Sólidos. Além de tudo tinha um outro ponto para ser

1586tratado, que o Decreto 7.404 exige, que é como íamos tratar, ele trata da
1587simplificação do licenciamento ambiental, ou seja, da parte relacionada aos planos
1588de gerenciamento de resíduo dentro de empreendimentos de pequeno porte, e
1589micro empresa. Então, foram gerados dois produtos, nós achamos no primeiro
1590momento que os dois podiam ter uma Resolução só, e a avaliação que fizemos
1591da área técnica a CNI concorda conosco também, o comitê interministerial
1592também concordou, que nós temos que ter duas Resoluções distintas, uma com o
1593termo de referência para o plano de gerenciamento de resíduos sólidos
1594incorporando os perigosos e um segundo de critérios e procedimentos para o
1595licenciamento à luz da política, não vou regulamentar o licenciamento inteiro, mas
1596à da política para o licenciamento de micro empresa, empreendimentos de
1597pequeno porte para atender a lei dos 1.305, e atender a regras do licenciamento
1598ambiental. Então por isso que eu não mandei até hoje para o Conama isso,
1599porque estávamos nesse processo de discussão para separar, semana passada
1600agente bateu o martelo que separaria, agora, o pessoal está trabalhando em cima
1601dessa separação, eu acredito que pelo menos uma delas venha para cá, pelo
1602menos essa do termo de referência de gestão de resíduos, pode ser que a outra
1603passe por aqui mais também tenha que passar pela Câmara de Controle
1604Ambiental.

1605

1606

1607**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – O Márcio na última reunião
1608ficou em dúvida com relação a isso, o esclarecimento que eu fiz Márcio, nós
1609estamos falando de plano de gerenciamento, eu estou falando de um plano geral,
1610que pode ser individual ou coletivo, o Decreto traz a oportunidade de ser coletivo
1611também, nós estaríamos disciplinando isso, e outro aspecto, regra de
1612simplificação e dispensa dos planos de gerenciamento que a lei de Decreto
1613também trata sobre isso, de que, de plano de gerenciamento de resíduo que são
1614parte do licenciamento ambiental porque a lei assim o considera, ela só faz isso,
1615para micro e pequenas empresa, nosso caso de dispensa, especificamente o setor
1616de comércio é o único que tem essa prerrogativa, então na verdade, eu acho é
1617competência mesmo dessa Câmara de analisar esses dois projetos, pode até
1618passar, eu não sei aí como a instância, me fugiu aqui o nome, do Conselho Maior,
1619que analisa a admissibilidade, CIPAM, se o CIPAM determinar, eu acho que eles
1620vão analisar em relação a isso, e nós determinarmos como vamos fazer essa
1621questão. É muito salutar fazermos, porque os Estados também tem essa
1622demanda, veio à lei, ela não estabeleceu prazos. Então, a empresa a princípio tem
1623que atender o que está na lei, mas sabemos que a interpretação do que está
1624escrito na lei não é assim tão simples. Então, precisamos de uma referência em
1625relação a essa questão.

1626

1627

1628**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Estou só querendo
1629entender à questão. Então que dizer que a nossa proposta será de revogasse por
1630que ela não precisa ser revista. Então, nós temos que fazer um encaminhamento
1631formal de mandar para a Plenária a revogação da 05, ela não vai ficar aqueles

1632pedacinhos, ela vai ser realmente desaparecer. E que a questão dos portos e
1633aeroportos, vão incorporar uma Resolução maior, vai ter uma questão específica,
1634vai incorporar (...) que são de verdade uma espécie de diretrizes para se fazer
1635planos de gestão, e separados aí de pequenas, é isso, porque nós precisamos de
1636dá encaminhamento, nós estamos com o problema da 5, nós temos que
1637formalmente encaminhar pela revogação da 5, e ela será substituída, por duas
1638outras novas resoluções, onde terão diretrizes gerais para a elaboração dos
1639planos e nessas diretrizes gerais também as atividades de portos e aeroportos
1640estarão obedecendo essa diretrizes gerais não tendo nada específico, é isso?

1641

1642

1643**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – Eu
1644só ia fazer um comentário de que essa decisão sobre a revogação da 05 pode
1645aguardar um pouquinho.

1646

1647

1648**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Exatamente isso Patrícia, eu
1649fiz essa colocação na última reunião, questionei até o Calisto, foi até o Robson,
1650vamos revogar a 05, ele disse que a princípio não, não nesse momento, temos
1651que aguardar porque o seguinte, o que vai acontecer? O Ministério do Meio
1652Ambiente e o Ibama vão fazer uma proposta e vai ser apresentada a Câmara, com
1653certeza essa proposta deve ser trabalhada em um Grupo de Trabalho porque os
1654órgãos de controle ambiental estaduais têm que dar uma olhada, basicamente
1655eles que vão usar esse instrumento e isso não passou por eles, acho que temos
1656que minimamente passar por eles essa questão, ser discutido mais trabalhado, e
1657aí sim na discussão Patrícia que pode, inclusive haver particularidade para a área
1658de saúde, para área de transporte, pode haver particularidades sim, quando
1659formos discutir a questão do termo de referência, você pode colocar algum item
1660específico para cada coisa, isso vamos discutir mais a frente, e aí vamos ter
1661noção se é necessário ou não a revogação total ou parcial, e foi meu
1662entendimento, não sei se estou correto.

1663

1664

1665**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu só queria. Então, dá
1666uma reforçada que desde o princípio a Zilda acompanhou e sempre foi contra de
1667fazer uma proposta específica, tal como nós estávamos fazendo, porque sempre
1668acreditamos que ela já estava ou na lei, ou no Decreto ou nas iniciativas do
1669Comitê. Então, quer dizer não cabia, até o que a Câmara Jurídica determinou, já é
1670uma previsão nossa, nós deixamos muito claro, que isso poderia acontecer lá
1671como aconteceu, só porque como nós não estamos nessa discussão, Wanderley,
1672direta aí para essa decisão, nós gostaríamos de reafirmar que não cabe um zoom,
1673não cabe uma coisa muito específica, porque não tem nada tão diferente assim, a
1674não ser quando você fala em fronteira, aí sim, tudo bem, mas terminais internos,
1675rodoviários, não tem nada diferenciado nisso. Então o que sempre fomos contra.
1676Então, é só na hora que vocês estiverem formulando ou nos chamar para
1677discussão prévia ou então considerar já de cara essa nossas considerações.

1678

1679

1680 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Na verdade, como o texto, a
1681 proposta chegar à Câmara Técnica aí nós vamos analisar a pertinência ou não da
1682 criação de GT, na minha opinião eu acho que é necessário, aí todo mundo está
1683 convidado a participar e contribuir no processo. Eu acho que todos os membros do
1684 Conama, não só do Conselho, podem ser convidados a participar dessa questão.
1685 Eu citei a questão específica Patrícia, porque pode acontecer alguma
1686 particularidade com o termo de referência é geral e o sentido da CNI é ser geral
1687 mesmo, nós nem particularizamos a questão de perigosos, mas isso vai ser
1688 discutido lá, aí os órgãos ambientais que lidam com essa questão no dia a dia
1689 podem colocar as suas peculiaridades e enriquecer o documento, é apenas isso, é
1690 só para dizer que vai ou não vai, isso aí é algo que pode acontecer no futuro.

1691

1692

1693 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – Só
1694 lembrando, eu acho que essa discussão terá que passar pela Câmara de
1695 Qualidade, embora se nós fomos para as Resoluções do tipo termo de referência
1696 para o licenciamento e etc., eu não sei se CIPAM não vai encaminhar para a
1697 Câmara de Controle em vez de caminhar para a Câmara de Qualidade. De
1698 qualquer forma a 05 está com agente. Então, nós temos que tomar essa
1699 deliberação em cima do que vier de lá. Está ok? Então vencemos a nossa pauta.
1700 Eu só queria retomar aqui a discussão do texto, para nós fecharmos o texto de
1701 recomendação da aprovação, a base do texto já estava disponível na internet que
1702 seria na página do Conama, seria o texto de recomendação, e o João trabalhou
1703 junto com o representante do Ministério das Cidades, com a Tatiana, no sentido
1704 de introduzir aquelas recomendações sugeridas pela Dra. Patrícia. Então, após os
1705 considerandos ficaria assim, a instituição do Grupo de Trabalho interinstitucional
1706 de acompanhamento da implementação do PLANSAB, reforçando a
1707 recomendação da Resolução do Conselho das Cidades aprovado... Tem que
1708 voltar lá na frente... Considerando que o cronograma proposto prever enviar o
1709 plano a Casa Civil devidamente apreciado pelos Conselhos para que seja
1710 publicado por Decreto pela Presidência da República até o final de 2013
1711 recomenda, então seria uma recomendação nossa, a instituição do Grupo de
1712 Trabalho interinstitucional de acompanhamento da implementação do PLANSAB,
1713 reforçando a recomendação da Resolução, podia ser em reforço a recomendação
1714 da Resolução do Conselho das Cidades aprovado em 7 de junho de 2013, o
1715 monitoramento permanente sistemático do PLANSAB com a edição e divulgação
1716 do Relatório Anual de Avaliação e Atualização do PLANSAB. Mas, a idéia não é
1717 atualização do plano, eu não gosto desse termo. É o cenário atual eu diria, eu
1718 entendo que é o cenário atual que vai ser atualizado, porque os cenários futuros
1719 não ser revistos na atualização, seria o monitoramento permanente sistemático do
1720 PLANSAB com a edição e divulgação do Relatório Anual. Podemos deixar
1721 Tatiana, cenário anual, ou é melhor ir na linha da Dra. Patrícia de colocar só de
1722 avaliação e divulgação do Relatório Anual de Avaliação e atualização dos dados
1723 do PLANSAB. E dos indicadores, pode ser. A sugestão de Gilberto eu acho que é

1724pertinente, ele não falou no microfone, eu vou traduzir o que ele disse, a ideia
1725seria colocar divulgação do relatório anual de avaliação da implementação, ou da
1726implementação do plano e atualização dos indicadores, porque aí nós vamos ficar
1727mais precisos. Pode ser assim Tatiana?

1728

1729

1730**A SR^a. TATIANA (Ministério das Cidades)** - A proposta que você tinha feito de
1731colocar no cenário atual os indicadores ou implementação do plano, eu vejo que
1732talvez seja mais interessante do que atualização, porque da forma como foi
1733colocado, mas aí fica a critério de vocês. Dessa forma ficou apenas dos
1734indicadores, só que a ideia é que seja divulgado, só para eu entender, seja
1735divulgado esse relatório como estava previsto no texto com uma atualização dos
1736indicadores ou a atualização do plano mesmo em si? Seria revisão. Então seria
1737uma atualização dentro desse relatório, eu acho que da forma como está o texto,
1738não sei se fica claro.

1739

1740

1741**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – Nós
1742tínhamos entendido o seguinte, que havia, na verdade, nós tínhamos aprovado
1743duas proposições, a de instituição do Grupo de Trabalho interinstitucional que está
1744lá de acompanhamento de implementação e a segunda era uma proposta que o
1745Dr. Ernani colocou aqui de que havia dentro do Ministério das Cidades, das
1746pessoas envolvidas com o plano, a intenção de que os dados que serviram de
1747base para elaboração do PLANSAB, fossem atualizados anualmente sem que isso
1748significa atualizar o plano em si, quer dizer, as metas, o plano, aquelas questões
1749continuariam previstas para ser revistas a cada 4 anos, mas as dados deram
1750origem, bom se hoje nós temos aquelas coberturas com sistema precário, como
1751nós estamos ano que vem? Como nós estamos no outro? Eu entendi que isso era
1752independente do Relatório Anual de Avaliação do plano que também seria um
1753instrumento, se um está dentro do outro, eu acho que podemos simplificar, se não,
1754nós teríamos que manter os dois.

1755

1756

1757**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Márcio, eu concordo que
1758temos que simplificar, fica até deselegante nós falarmos que estamos mandando o
1759Ministério das Cidades monitorar, é claro que eles vão fazer, na verdade, é a
1760edição e divulgação de um relatório anual com atualização os dados de referencia
1761para construção do plano, era exatamente aquilo que vocês colocaram como
1762intenção, os membros do Conama reforçando essa questão técnica, porque o que
1763ele alegou se teria orçamento, nós enquanto um Conselho político estamos dando
1764um reforço, uma idéia de vocês, estamos dizendo “ vocês tem uma boa idéia e
1765vamos dá apoio para essa sua boa idéia”. Do jeito que está mudou
1766completamente.

1767

1768

1769 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – A
1770 Dra. Tatiana está propondo uma nova proposta de redação que pode contemplar
1771 nossa dúvida.

1772

1773

1774 **A SRª TATIANA (Ministério das Cidades)** – Eu acho que é excelente essas
1775 ideias, eu acho que veio reforçar mesmo o trabalho que nós pretendemos fazer,
1776 eu acho que se nós alterássemos ali depois do “relatório de avaliação da
1777 implementação do plano e de atualização dos indicadores”, eu acho que já
1778 resolveria, e o monitoramento, eu acho que tranquilo ficar aí, é algo que já está
1779 previsto. É isso mesmo que ele colocou aí. Que aí eu acho que já fica claro, que
1780 isso estaria dentro desse relatório.

1781

1782

1783 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** –
1784 Com indicação e divulgação do relatório anual de avaliação da implementação do
1785 plano e de atualização dos indicadores. É mais simples, ela tira aquela questão,
1786 só para esclarecer, proposta da Dra. Patrícia é retirar o monitoramento
1787 permanente sistemático do PLANSAB, e colocar de novo, a edição e divulgação
1788 de Relatório Anual de avaliação de implementação do plano e de atualização dos
1789 indicadores. Eu acho que.

1790

1791

1792 **A SRª. MÔNICA ANGÉLICA CARREIRA FRAGOSO (MS)** - Os indicadores foram
1793 estabelecidos previamente, você não fica atualizando indicador, você atualiza o
1794 resultado do indicador.

1795

1796

1797 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Cenário atual,
1798 Atualmente nós estamos como? Atualmente que eu digo é o ano que vem, é 2015,
1799 a cada ano. Não se restringe aos indicadores. Então, a proposta do Márcio de
1800 colocar com atualização do cenário atual.

1801

1802

1803 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** –
1804 Apresentação do cenário atual. A edição e divulgação do Relatório Anual de
1805 avaliação e implementação do plano com apresentação do cenário atual.

1806

1807

1808 **A SRª TATIANA (Ministério das Cidades)** – Eu gosto muito também dessa
1809 forma, de colocar como cenário atual, eu até tinha concordado inicialmente. Só
1810 que eu me lembrei aqui agora, o seguinte, o plano vai trabalhar com cinco
1811 dimensões de monitoramento, uma delas são os cenários, a outra são as metas,
1812 uma terceira de indicadores auxiliares, a quarta de estratégias e diretrizes, e a
1813 quinta dos programas. Se nós colocamos cenário aí pode ter uma interpretação de
1814 que esse cenário que está sendo colocado é cenário de referência do plano. Pode

1815haver essa outra interpretação. Apesar de eu estar aqui vendo que a discussão foi
1816essa.

1817

1818

1819**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) –**

1820Então, vamos deixar mais simples ainda, edição e divulgação do relatório anual de
1821avaliação e implementação do plano. Pronto, da forma que vocês estiverem
1822fazendo. Aí só o plano teria que ser, pode ser, já colocar direto.

1823

1824

1825**A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (Ministério dos Transportes) –**

1826A minuta original só aquela ultima, era recomenda ali em preto e era ao Grupo de
1827Trabalho interinstitucional do PLANSAB, Ministro das Cidades a Presidência,
1828certo? Então o meu pensamento seria “recomenda, em cima, ao Grupo de
1829Trabalho interinstitucional do PLANSAB ao Ministro das Cidades e a Presidência
1830da República”, aí vem o que foi acrescentado depois, “a instituição de um Grupo
1831de Trabalho interinstitucional de acompanhamento da implementação”, por que
1832são coisas distintas, não é isso? Então, pronto e só para efeito de dizer a quem o
1833Conama está recomendando e ele recomenda as três coisas que estão abaixo. A
1834aprovação da proposta desse plano apreciada por este Conselho. Acrescida, aí
1835tem que ter alguma coisa que diga que além de aprovar o plano, esse Conselho...
1836Recomenda, para mim é dois pontos mesmo, assim como numa Resolução você
1837resolve dois pontos e coloca em outra linha, recomenda dois pontos. Recomenda
1838ao Grupo de Trabalho. Então, esse Grupo de Trabalho e até a Presidência da
1839República pode está lá em cima. Veja só, “recomenda 1. A aprovação de uma
1840proposta, a instituição de um grupo, e uma terceira coisa que está embaixo”, você
1841recomenda a presentes as três coisas. Recomenda ao grupo trabalho.

1842

1843

1844**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) –**

1845Adriana, antes de trabalharmos mais, deixa eu só entender uma coisa, porque
1846estamos fazendo recomendação a três grupos?

1847

1848

1849**A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (Ministério dos Transportes) –**

1850Eu não estou entrando no mérito, o que eu estou contando é só assim, você tem
1851que recomendar a três pessoas, você recomenda a alguém, sempre quando você
1852faz uma recomendação, você tem que recomendar ao Sisnama ou recomenda em
1853um caso, aquele negócio que nós não fazemos mais no código florestal, do ZEE,
1854nós recomendamos a Presidência da República.

1855

1856

1857**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) –** Só

1858esclarecendo aqui a Tatiana acabou de me explicar, que essa aprovação não
1859retornará ao Grupo de Trabalho do PLANSAB, ele já foi aprovado lá. Recomenda
1860ao Ministro das Cidades e a Presidência da República, Eu colocaria assim, a

1861aprovação do plano nacional de saneamento com as seguintes considerações, ou
1862melhor, dizendo encaminha ao Ministério das Cidades a aprovação da proposta
1863com as seguintes recomendações, ou e recomenda. Então, seria assim,
1864considerando o cronograma proposto, prever enviar o plano à Casa Civil
1865devidamente apreciado pelos Conselhos para que seja publicado por Decreto a
1866Presidência até o final de 2013, encaminha a aprovação da proposta.

1867

1868

1869**A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (Ministério dos Transportes) –**

1870Mais é uma recomendação, você tem que recomendar a alguém. Você não

1871encaminha, você recomenda algo a alguém.

1872

1873

1874**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) – Só**

1875um pouquinho gente, nós estamos encaminhando a aprovação da proposta do

1876plano apreciada por este Conselho.

1877

1878

1879**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA) –** Então, proponho em vez

1880ao Ministro das Cidades, ao Ministério das Cidades.

1881

1882

1883**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) –**

1884Mais é o Ministro, mantenha o recomenda, deixa-me fazer uma proposta até o

1885final e depois nós apreciamos, tira os dois pontos, e coloca, até subir o Ministro lá

1886para cima, recomenda ao Ministério das Cidades e a Presidência da Republica

1887aprovação da proposta de plano nacional de saneamento apreciada por esse

1888Conselho, na verdade era com reforço ou com a recomendação.

1889

1890

1891**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**

1892**Paulo) –** Pode inverter, Recomenda a aprovação do plano... A instituição do

1893grupo.

1894

1895

1896**A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (Ministério dos Transportes) –**

1897Mas, veja que tudo que está sendo recomendado tem três coisas sendo

1898recomendado a duas instituições, o Ministério das Cidades e Presidência da

1899República.

1900

1901

1902**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) –**

1903Depois de Presidência da República, recomenda ao Ministro das cidades, e a

1904Presidência da República: aí sim, aí abre, agora eu entendi. E aí vem a

1905aprovação, a instituição do Grupo de Trabalho de acompanhamento e a edição e

1906divulgação de Relatório Anual. Está bom?

1907

1908

1909 **A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (Ministério dos Transportes) –**

1910 Sendo que realmente não é Ministro, é Ministério das Cidades, assim como

1911 Presidência da República. É instituição.

1912

1913

1914 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) –**

1915 Então, é ao Ministério das Cidades.

1916

1917

1918 **A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (Ministério dos Transportes) –**

1919 Não é a pessoa o Ministro. Por que senão teria que ser a Presidenta.

1920

1921

1922 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) –**

1923 Senhor Francisco sua recomendação foi acatada. Ficou ao Ministério das

1924 Cidades.

1925

1926

1927 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) –** Adriana, isso vai para a

1928 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos? Não se preocupe vai para CTAJ.

1929

1930

1931 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) –** Ok,

1932 consideramos aprovada nesses termos e confiamos a CTAJ que irá complementar

1933 em termos de melhoria das redações. Mais alguma consideração?

1934

1935

1936 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**

1937 **Paulo) –** Eu não entendo dos regulamentos, porque ficou de fora dos informes à

1938 situação do micro nutriente aqui, não vamos falar nada?

1939

1940

1941 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama) –**

1942 Podemos dar um informe. Mas, não entrou na pauta de informe, porque não está

1943 mais em pauta nessa Câmara, só por isso, mas como foi um assunto que nos

1944 envolveu durante um ano e meio a nós aqui nessa Câmara e mais por uns 7 anos

1945 e meio que nos antecederam, eu acho que cabe dá um informe sim. Eu vou dar o

1946 informe e o Alfredo me complementa, a minuta da Resolução, a minuta não, a

1947 proposta Resolução de micro nutriente passou pela Câmara Técnica de Assuntos

1948 Jurídicos como já tinha sido relatado na nossa reunião anterior, foi à Plenária do

1949 Conama, na Plenária do Conama sofreu pedidos de vista do Ministério da

1950 Agricultura, da Proam e do Ministério do Meio Ambiente. Esses pedidos de vistas

1951 devem ser providenciados... E da CNI também, perdão eu omitir a CNI. Enfim,

1952 pela CNI, pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério do Meio Ambiente,

1953solicitaram vistas ao processo, o prazo de vistas deve está vencendo por agora, é
1954amanhã, o prazo para apresentação de relatórios de vistas. Prorrogáveis por mais
195515 dias.

1956

1957

1958**A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – A prorrogação tem que ser a
1959pedido da entidade, quem tiver pedido de vistas, Proam acabou de pedir, eu
1960recebi o pedido. Então, só voltando o prazo vai vencer amanhã, o pedido de vistas
1961de micro nutrientes, pode haver uma prorrogação, nesse caso nós podemos
1962prorrogar porque a próxima Plenária é 4 e 5 de setembro. Então, Proam já pediu,
1963nós vamos aceitar e vamos dar um novo prazo que vai vencer 14 de agosto,
1964qualquer coisa semelhante a isso, aliás, de julho, e vamos marcar uma reunião
1965com os pareceristas. Então, nós já agendaremos agora uma reunião, pré-agenda
1966reunião com os pareceristas, primeiros dias de agosto, de forma que nós
1967possamos juntar tudo, e ver o que há consenso e o que não há de jeito nenhum.

1968

1969

1970**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** –
1971Então o DConama vai coordenar uma tentativa de consenso para levar ao
1972Plenário.

1973

1974

1975**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1976**Paulo)** – Essa que era a minha dúvida, formalmente, por que eu não entendo todo
1977o processo.

1978

1979

1980**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** –
1981Formalmente não, mas é uma ação do DConama no sentido de facilitar a
1982tramitação depois na Plenária, é uma prévia para facilitar a vida de todos na
1983Plenária, principalmente da Adriana. Bom, com isso vencemos a nossa pauta,
1984hoje, alguém gostaria de fazer mais alguma manifestação, consideração?
1985Podemos até depois do almoço, abrir esse ponto de pauta que é muito
1986interessante.

1987

1988

1989**A SR^a. TATIANA (Ministério das Cidades)** - Então, como acabou de ser
1990aprovada a proposta de Resolução, eu queria apenas fazer um agradecimento em
1991nome da Secretária Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das
1992Cidades, as contribuições que foram feitas por essa Câmara Técnica, a aprovação
1993do plano nacional de saneamento básico. Obrigada.

1994

1995

1996**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** – Nós
1997é que agradecemos. Lembrar que na próxima reunião, nós vamos ter que
1998deliberar sobre a vice-presidência dessa Câmara, temos tempo para pensar com

1999carinho nos nomes e fazermos as articulações necessárias e de maneira tranquila.
2000Eu queria aqui agradecer, embora não esteja presente, ao Dr. Bocuhy pela
2001contribuição que deu durante a participação, nós tivemos uma polêmica bastante
2002acirrada, vocês todos assistiram, mas acredito que sempre em bom nível, pelo
2003menos mantendo a coerência das nossas posições. Então, isso eu já tive
2004oportunidade dizer ao Bocuhy, jamais foi uma discussão pessoal da minha parte
2005pelo menos, e contar com a Proam ainda com o papel ativo aqui na defesa do
2006interesse das organizações não governamentais que ela representa nessa
2007Câmara. Muito obrigado. E convoco a todos para a reunião de amanhã do Grupo
2008de Trabalho, que muitos aqui são membros do Grupo de Trabalho de ambientes
2009hídricos, amanhã nós temos a quarta reunião do GT. Vai ser aqui nessa mesma
2010sala, ficam desde agora convidados todos. Não marcamos a próxima reunião.
2011Talvez seja interessante nós pré agendarmos a próxima reunião. A Adriana tem
2012alguma sugestão de mês.

2013

2014

2015**A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Agosto. O problema, a questão
2016inicial é ter pauta, porque vocês não estão dependendo de resultados de GT para
2017ter pauta? Então, Márcio, talvez não vale a pena marcar agora.

2018

2019

2020**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS - PRESIDENTE (Ibama)** –

2021Não vamos marcar, eu vou criar a pauta para a Adriana. Prometo.